

O Sistema Defensivo das Linhas de Torres: Uma perspectiva arqueológica Vol. I: texto

Dissertação Para Obtenção de Grau de Mestrado em Arqueologia
(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Tiago Miguel Costa Ferreira da Silva

Orientação: Professor Doutor André Teixeira (FCSH-UNL)

Coorientação: Professora Doutora Ana Catarina Sousa (FL-UL)

Lisboa, 27 de Abril de 2021

Dedicado ao meu avô e à minha avó
Manuel Alves da Costa e Elsa Rodrigues

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de dedicar esta dissertação de Mestrado à minha família que sempre me apoiou ao longo de todo o percurso, ajudando-me da forma como conseguia. Um especial agradecimento à minha mãe que, mesmo com todas as adversidades económicas, sempre esteve do meu lado e sempre acreditou que a conclusão deste trabalho era possível.

Gostaria também de agradecer aos meus dois orientadores, ao Professor Doutor André Teixeira da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à Professora Doutora Ana Catarina Sousa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Agradeço a ambos porque, por um lado sem a sua ajuda o desenvolvimento desta dissertação nunca teria sido possível, por outro sempre se mostraram disponíveis para auxiliar-me ao longo de todo o percurso.

É importante também estender esta parte dos agradecimentos às Câmaras Municipais de Mafra, Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço, assim como aos arqueólogos envolvidos neste trabalho. Quero agradecer pela disponibilidade demonstrada aquando da abordagem para o estudo dos materiais para esta dissertação de Mestrado, assim como pela recepção que tive em todos os locais onde desenvolvi o trabalho. Assim, agradeço ao Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ –, ao Museu Municipal Leonel Trindade de Torres Vedras e ao Centro de Interpretação das Linhas de Torres do Sobral de Monte Agraço.

Por fim, quero ainda agradecer a todas as pessoas que estiveram envolvidas ao longo deste percurso. Por um lado, agradeço a disponibilidade, de colegas e amigos meus como o Tomás Martins Mesquita, o André Manjerico e a Inês Belém, por me terem ajudado com o estudo dos materiais arqueológicos em laboratório. Por outro lado, quero agradecer à minha namorada, Cíntia Dias, por me ter ajudado do ponto de vista psicológico e de nunca me ter deixado desistir da dissertação.

Resumo

As Linhas de Torres são um dos maiores e mais complexos sistemas defensivos da História Militar Portuguesa. Localizado a Norte de Lisboa, este sistema, planeado de acordo com a estratégia de Sir Arthur Wellesley – 1º Duque de Wellington –, foi construído no período da Guerra Peninsular e permitiu não apenas defender a capital do reino de Portugal, como também expulsar o exército do Imperador francês, Napoleão Bonaparte. Além do Duque de Wellington, também homens como Antas Machado, Charles Vincent, Neves Costa e Richard Fletcher fizeram parte da construção do sistema defensivo.

Para além dos planos dos homens que estiveram envolvidos na construção do sistema defensivo, importa também abordar questões como as forças militares envolvidas, a arquitectura militar e as técnicas construtivas, assim como o quotidiano dos militares e das populações na Guerra Peninsular. Todavia, estas questões terão respostas através da análise das obras militares que compõem as Linhas de Torres, assim como do estudo das intervenções e materiais arqueológicos. Desta forma, será possível apresentar uma perspectiva arqueológica acerca de um tema que já possui uma perspectiva histórica e militar.

No fundo, o desenvolvimento desta dissertação de Mestrado tem como principal objectivo dar um contributo da Arqueologia para ao estudo do sistema defensivo das Linhas de Torres.

Palavras-Chave

Guerra Peninsular; Arqueologia Militar; Fortificações; Período Contemporâneo; Invasões Francesas

Índice

1. Introdução	1
---------------------	---

Parte I – Enquadramento histórico

2. A guerra peninsular no quadro geo-estratégico dos conflitos napoleónicos.....	4
2.1. Contexto histórico.....	4
2.2. Numa vaga de inovação militar	5
3. A construção das Linhas de Torres.....	7
3.1. Contexto geográfico.....	7
3.2. O planeamento para a defesa da cidade de Lisboa	9
3.3. O plano de Sir Arthur Wellesley	12
3.4. As fases de construção do sistema defensivo	13
4. As forças militares	16
4.1. Os exércitos	16
4.2. A logística	18
4.3. As comunicações e as vias de comunicação.....	20

Parte II – As obras militares das Linhas de Torres: uma perspectiva arqueológica

5. Metodologias de intervenção arqueológica e história das pesquisas.....	23
5.1. O projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres	23
5.2. Metodologias utilizadas no projecto	24
6. Estudos de caso.....	27
6.1. Forte do Zambujal (obra militar nº 95)	27
6.2. Forte da Feira (obra militar nº 66)	32
6.3. Forte de São Vicente (obras militares nº 20, 21 e 22).....	36
6.4. Forte de Olheiros (obra militar nº 23)	41
6.5. Forte do Alqueidão (obra militar nº 14).....	43
6.6. Forte do Simplício (obra militar nº 17)	55
7. Modelos, arquitectura e técnicas de construção	58
7.1. Plantas.....	60
7.2. Fossos.....	61

7.3. Parapeitos	62
7.4. Canhoneiras	63
7.5. Traveses	64
7.6. Paióis.....	64
7.7. Paliçadas.....	65
8. A ocupação das obras militares	67
8.1. A vida quotidiana.....	71
8.2. Os relatos dos militares	72
9. Considerações finais	76
Bibliografia.....	82

1. Introdução

O presente trabalho constitui a dissertação para a obtenção de grau de mestre em Arqueologia incidindo acerca do sistema defensivo das Linhas de Torres. Tendo em consideração que se trata de uma dissertação no âmbito do curso de Arqueologia, deve assinalar-se que, este trabalho, focar-se-á principalmente no que concerne às estruturas e materiais arqueológicos, sem nunca deixar de parte toda a componente geográfica e histórica.

Aquando do desenvolvimento deste trabalho foram propostos diversos objectivos, uns de âmbito geral de forma a caracterizar amplamente do que se trata este sistema defensivo e outros de uma forma mais objectiva, mais relacionados com a área de Arqueologia, para que fosse possível compreender os dados mais relevantes da perspectiva arqueológica.

Começando pelo objectivo mais geral da dissertação, pretende-se contribuir com uma perspectiva arqueológica para o conhecimento do sistema defensivo das Linhas de Torres. Além disso, também se propõe dar um contributo acerca do que foi a Guerra Peninsular e de como Portugal se envolveu neste conflito. Já um outro objectivo passa por fornecer dados acerca do quotidiano dos exércitos envolvidos na Guerra Peninsular e das populações afectadas devido às invasões francesas a Portugal.

No que concerne aos exércitos pretende-se, identificar e analisar as estratégias militares dos exércitos francês, luso-britânico e espanhol. Propõe-se ainda analisar a logística do exército luso-britânico. Por fim, e numa perspectiva arqueológica é necessário identificar os equipamentos e o armamento utilizado pelos exércitos envolvidos na Guerra Peninsular, tendo em consideração as suas tipologias.

Em termos mais específicos, a presente dissertação de Mestrado propõe-se a analisar os estudos e planos, obtidos através de levantamentos militares no início do século XIX, que estiveram na base da construção das Linhas de Torres. Ainda com a mesma visão pretende-se compreender a arquitectura militar utilizada na construção das obras militares, assim como as tipologias e características de cada uma delas. Por fim, propõe-se identificar as obras militares que compõem o sistema defensivo e perceber a sua ocupação através dos vestígios materiais.

Para que fosse possível realizar a seguinte dissertação foi necessário delinear-se uma metodologia coerente e rigorosa. Assim, para que fosse possível compreender o sistema defensivo das Linhas de Torres, tanto o seu contexto geográfico quanto histórico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica intensiva de forma a recolher todos os dados existentes de variadas matérias acerca do tema. Apenas após a recolha da informação bibliográfica é que se realizou a visita às obras militares em estudo no presente trabalho, para que fosse possível compreender o estado actual das estruturas e de perceber numa perspectiva mais próxima as estruturas arqueológicas. Desta forma, após a recolha e análise dos dados bibliográficos, assim como das visitas de campo foram estudados os materiais arqueológicos, sempre suportados tanto quanto possível pelos relatórios, assim como pelas estruturas das obras militares. Por outro lado, deve também sublinhar-se que enquanto se realizaram os estudos dos materiais recolhidos nas intervenções arqueológicas, estes mesmos materiais foram desenhados primeiramente à mão e posteriormente em computador utilizando o *Adobe Illustrator*.

Como primeira parte desta dissertação focar-nos-emos acerca da contextualização geográfica e histórica das Linhas de Torres. Assim, é possível apresentar uma análise acerca da perspectiva geo-estratégica do sistema defensivo e da forma como as fortificações foram implantadas no território. Por outro lado, nesta parte do trabalho também se apresenta uma análise acerca das forças militares envolvidas nos conflitos da Guerra Peninsular, tendo em consideração todos os aspectos inerentes a uma guerra como a organização, a logística e as comunicações.

Na segunda parte desta dissertação será apresentada uma análise acerca do sistema defensivo das Linhas de Torres, sendo esta a mais extensa componente do trabalho. Ao longo dos capítulos da segunda parte será realizada uma análise acerca das metodologias utilizadas aquando das intervenções arqueológicas, realizadas no âmbito do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres, assim como um breve histórico das pesquisas realizadas no âmbito do mesmo trabalho. É, por isso, nesta parte que serão apresentados os estudos de caso, em que são apresentadas seis fortificações pertencentes ao sistema defensivo. Os estudos de caso apresentados nesta dissertação de Mestrado serão os Fortes do Zambujal e da Feira, do município de Mafra, os Fortes de São Vicente e de Olheiros, do município de Torres Vedras, e os Fortes do Alqueidão e do Simplício, do município do Sobral de Monte Agraço. Assim, ficaram de fora deste

trabalho as obras militares do município de Loures, devido à falta de relatórios relativos às intervenções arqueológicas, e as obras militares do município de Vila Franca de Xira, tendo em consideração que tanto as estruturas quanto os materiais provenientes das intervenções arqueológicas já se encontram estudados e publicados.

Deve sublinhar-se que, tratando-se de uma dissertação em Arqueologia, a análise das obras militares focou-se muito mais numa perspectiva arqueológica suportada pelas estruturas e pelos materiais arqueológicos recolhidos nas diferentes intervenções. Para fechar esta segunda parte do trabalho discute-se também a forma como as fortificações das Linhas de Torres foram ocupadas pelas forças militares, assim como a arquitectura e as técnicas de construção utilizadas na sua composição.

Por fim, a terceira e última parte da dissertação focar-se-á numa leitura integrada do sistema defensivo das Linhas de Torres. Para estes capítulos realizou-se uma leitura acerca das técnicas de construção utilizadas nas obras militares, assim como o seu uso. A importância desta leitura provém da necessidade da Arqueologia contribuir da melhor forma possível para a análise do sistema defensivo, já que pode fornecer dados que complementem os dados históricos e militares já recolhidos e analisados. É também nesta parte que se compreende o estado de conservação das obras militares no século XXI, já que estamos a discutir e a analisar estruturas do século XIX que, ao contrário do que se possa pensar, não é um período tão distante do nosso.

Parte I – Enquadramento histórico

2. A guerra peninsular no quadro geo-estratégico dos conflitos napoleónicos

2.1. Contexto histórico

A Guerra Peninsular correspondeu a uma das fases mais importantes dos conflitos da França no continente europeu nos finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte. Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses entre 1804 e 1815, pretendia ter um controlo mais apertado dos Estados que eram aliados de França, como era o caso de Espanha, desde 1796 e, ao mesmo tempo, eliminar todo e qualquer apoio que os britânicos pudessem ter na Europa, como Portugal. Este conflito pode ser designado por Invasões Francesas, Guerra Peninsular ou Guerra da Independência, inserindo-se nos conflitos pela hegemonia na Europa e nos territórios ultramarinos entre a França e a Grã-Bretanha e, tendo isto em consideração, este período é geralmente designado como Guerras Napoleónicas (VENTURA, 2007: 17).

Após a rejeição por Napoleão Bonaparte do Tratado de Badajoz, em 1801, celebrado entre Portugal e Espanha, e que terminou com a Guerra das Laranjas neste mesmo ano, levou a que o imperador ponderasse uma intervenção em Portugal por parte de França. Contudo, Portugal não era então uma prioridade para a França, abraços com outras frentes, tornando-se apenas em 1807. Durante este período, de 1801 a 1807, o príncipe-regente D. João tentou, ao máximo, manter uma difícil neutralidade através do jogo diplomático. Contudo, a derrota da Áustria, da Prússia e da Rússia, e depois de impor a paz de Tilsit em 1807, Bonaparte virou as suas forças para Portugal. Através do bloqueio continental, decretado a 21 de Novembro de 1806, o imperador procurava impedir os britânicos de aceder a matérias-primas, travar as suas indústrias a fim de asfixiar economicamente o inimigo. Todavia, D. João, não ordenou o fecho dos portos aos navios britânicos, procurando defender a secular aliança, que em última análise garantia a navegação oceânica e o contacto com os diversos territórios além-mar, onde se destava o Brasil (LOBO, 2015: 23; VENTURA, 2007: 18). Bonaparte apenas tomou a decisão definitiva de invadir Portugal quando percebeu que o príncipe-regente não

iria cumprir o bloqueio continental e que Portugal iria manter a aliança com o império britânico. É importante mencionar que ao dominar o território português e o seu território ultramarino, o imperador procurava abrir a porta para o Atlântico e assim ombrear com o poder colonial britânico.

Entre 17 de Novembro de 1807 e 21 de Agosto de 1808 decorreu a primeira invasão francesa. Este conflito foi comandado pelo coronel-general Jean-Andoche Junot e tinha o objectivo principal de ocupar a cidade de Lisboa, capital do Reino, capturando a família real. No entanto, esta escapou para o Brasil e o exército francês acabou por sair derrotado das batalhas de Roliça, a 17 de Agosto 1808, e do Vimeiro a 21 de Agosto de 1808, pelo exército luso-britânico. A segunda invasão francesa iniciou-se a 13 Fevereiro terminou a 18 de Maio de 1809, sob o comando do duque da Dalmácia, o marechal Nicolas Jean de Dieu Soult. Após terem entrado pelo Norte de Portugal e chegado ao Porto, os franceses acabaram por ser novamente derrotados e expulsos do território português. Por fim, entre 24 de Julho de 1810 e 5 de Abril de 1811 decorreu a terceira invasão francesa comandada pelo marechal Andre Massena. O exército francês saiu derrotado da batalha do Buçaco e, ao tentar marchar sobre Lisboa, foi repellido pelo sistema defensivo das Linhas de Torres (VENTURA, 2007: 18). De imediato é possível perceber como é que a dimensão deste sistema defensivo era importante, já que, ao chegarem junto às obras militares das Linhas de Torres, os franceses não foram capazes de avançar. Pode também afirmar-se que o sistema era bastante eficaz tendo em conta que o exército invasor nem sequer a primeira Linha defensiva foi capaz de ultrapassar.

2.2. Numa vaga de inovação militar

A partir dos inícios do século XIX verificam-se mudanças na forma de fazer a guerra. Assim, identificam-se inovações no armamento, nas táticas e nas estratégias militares.

O início do século XIX é o de reforço da industrialização, iniciado em Inglaterra, nomeadamente no domínio da metalurgia, levando à inovação tecnológica. Os aspectos organizativos da guerra foram também consideravelmente desenvolvidos. É ainda importante sublinhar que este ritmo foi também acompanhado por mudanças do ponto

de vista da mentalidade e da atitude. No entanto, não é possível afirmar que este movimento foi regular ou sistemático, e muito menos isento de conflitos, já que todos tentavam ter posições de vantagem junto dos principais poderes (TELO, 2004: 337).

As Guerras Napoleónicas, entre 1792 e 1815, corresponderam assim a uma primeira vaga de inovação militar do período contemporâneo. A principal característica desta vaga não reside tanto na inovação tecnológica, mas sim na adaptação das forças armadas ao crescimento do Estado-nação e às ideologias políticas de sociedades liberais. No fundo, o exército deixou de ser semi-profissional e de ter um número reduzido de homens comandados por oficiais ligados à nobreza, para se tornar num exército profissional de nação em armas, com um serviço militar de carácter obrigatório e com homens comandados por oficiais ligados às classes médias urbanas. Assim, naturalmente que a guerra também passou por transformações durante este período. De acordo com António José Telo, a guerra deixou de ter regras definidas, aceites e rígidas, de baixa intensidade e com objectivos reduzidos, para se tornar numa guerra de nações e de carácter extremamente selvagem (TELO, 2004: 339). Desta forma, é possível perceber que a ascensão das sociedades industriais não alterou apenas a economia e os aspectos sociais dos Estados. O movimento acabou também por mudar a forma de pensar e executar a guerra.

Assim, no que concerne à inovação técnica verifica-se uma tendência para tentar padronizar as armas, numa tentativa de produzir em maior quantidade e em série para os novos exércitos compostos por cidadãos-soldados. Contudo, a padronização obrigava a um aperfeiçoamento dos modelos das armas, embora ainda não houvesse peças estritamente idênticas em todas elas. Como principais inovações ao nível das técnicas podem mencionar-se a vulgarização do uso da espingarda estriada de antecarga para as unidades de infantaria, os novos tipos de granadas como o caso da *sharpnel* e as inovações nos sistemas de fecho de disparo por atrito para a artilharia e o fecho de fulminante. Por sua vez, no que diz respeito à táctica e estratégia dos exércitos, podem destacar-se a densa cortina de infantaria ligeira, a manobra em coluna e a colocação de artilharia em pontos considerados fulcrais para o desfecho do conflito. Alguns exemplos destas inovações são as fortificações improvisadas num curto espaço de tempo, a neutralização de infantaria ligeira através de disparos de espingarda estriada e a disposição em contravertente (TELO, 2004: 339-340).

3. A construção das Linhas de Torres

3.1. Contexto geográfico

As obras militares que fazem parte do sistema defensivo das Linhas de Torres encontram-se localizadas a Norte de Lisboa. Apesar de Torres Vedras ter baptizado o sistema defensivo, as obras militares o compõem o abrangem uma grande área. Assim, o sistema defensivo das Linhas de Torres estende-se, de Oeste a Este, desde o Atlântico até ao rio Tejo, englobando os municípios de Loures, Mafra, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Alhandra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. A sua influência não se limita ao sistema defensivo por si só, projectando-se para territórios circundantes, afectando uma vasta comunidade com afinidades culturais (MELÍCIAS, 2008: 17-18).

Do ponto de vista físico é uma região de relevo acentuado, marcado com várias serras e montes, em particular as serras de Montejunto e Sintra, tendo sido este um dos factores que acabou por mais contribuir para a construção e desenvolvimento destas fortificações a Norte de Lisboa. por sua vez, do ponto de vista hidrográfico pode perceber-se que as bacias do Sizandro, Lizandro e Trancão dominam a paisagem da região ao criarem vales de alguma profundidade (MELÍCIAS, 2008: 17). Por fim, do ponto de vista geológico a região é marcada por calcário, margos e arenito/grés.

Desta forma, as características do terreno complementaram-se com estruturas de carácter defensivo, conferindo a protecção de pontos estratégicos, a construção de obras militares em zonas de altura, onde seria possível controlar um vasto terreno, permitiu tirar partido dos obstáculos naturais, permitindo também retardar e dificultar a ofensiva do inimigo. A Sul de Lisboa, a defesa estaria sempre assegurada pelo rio Tejo. Assim, a preocupação de se desenvolver defesas a Norte de Lisboa surgiu por via de dois factores. Por um lado, por ser uma zona mais desprotegida e que deixava a cidade à mercê do exército inimigo, por outro, por ser uma região com características específicas e que dariam vantagem ao exército defensivo.

A 1ª Linha defensiva (Figuras 1 e 2) – Linha Avançada – estendia-se ao longo de 46 km desde Alhandra até à foz do rio Sizandro, ou seja, desde a margem direita do

rio Tejo até à costa Oeste, tendo como núcleo central o Forte de São Vicente localizado em Torres Vedras. Por sua vez, a 2ª Linha (Figuras 1 e 2) – Linha Principal de Defesa – desenvolvia-se ao longo de 40 km desde o rio Tejo a Norte da Póvoa de Santa Iria, até à foz do rio Sarafujo, na Ericeira. Esta linha atravessava os desfiladeiros de Mafra, Montachique e Bucelas, e tinha o apoio da Serra de Chipre, Cabeço de Montachique e das Serras de Fanhões e Serves. É de referir que a 1ª Linha defensiva encontrava-se separada da 2ª por um espaço de cerca de 13 km (BARATA, 2004: 184; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013: 6; SOUSA e LOPES, 2011: 24).

A 3ª Linha defensiva (Figura 1) estendia-se ao longo de 3 km e era constituída por um sistema defensivo de proximidade coordenado pela fortaleza de São Julião da Barra, em Oeiras. Todavia, para além desta também o Forte das Maias e o Forte da Junqueira, junto ao Tejo, constituíam esta linha de defesa próxima. Assim, a 3ª Linha ligava Paço de Arcos a Carcavelos e tinha como principal função a protecção de uma possível retirada forçada das forças luso-britânicas (BARATA, 2004: 185; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013: 6; SOUSA e LOPES, 2011: 24).

Há que ainda fazer referência às duas Linhas defensivas a Sul do rio Tejo. A 4ª Linha defensiva (Figura 1) desenvolvia-se ao longo de 7 km e ligava Almada à Costa da Caparica. Esta tinha como principal função a protecção de Lisboa, em caso de uma invasão francesa provinda do mar. Por fim, a 5ª Linha defensiva foi implantada em torno de Setúbal e era constituída por sete obras militares (BARATA, 2004: 185; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013: 6; SOUSA e LOPES, 2011: 24).

Assim, é clara a densidade defensiva que as fortificações das Linhas de Torres criavam, nomeadamente pela multiplicação destas linhas defensivas, num espaço relativamente de acesso e proximidade à capital. Estando implantadas em locais geo-estratégicos importantes e, estando localizadas em terrenos de elevado relevo e acidentados, tornava difícil uma penetração por parte do exército francês. Também é de mencionar que este sistema defensivo foi projectado não apenas para um confronto directo, mas também para a batida em retirada do exército luso-britânico em caso de derrota e queda da fortificação.

3.2. O planeamento para a defesa da cidade de Lisboa

Morais Antas Machado foi um dos primeiros homens a desenvolver um plano estruturado para o sistema defensivo das Linhas de Torres, logo após a 1ª invasão francesa a Portugal, em *Invasão Francesa de 1809 – Plano de Defesa de Lisboa*. O engenheiro português propunha que a defesa de Lisboa deveria ser efectuada através de um sistema defensivo de proximidade. O seu modelo baseava-se no controlo e na defesa dos pontos de acesso a Lisboa, assim como das suas vias de comunicação, passíveis de ser usadas pelo exército francês. Considerou defender seis pontos fulcrais de acesso a Lisboa. O primeiro compreendia-se entre a zona dos Olivais e a Cruz de Pedra; o segundo desenvolvia-se desde a Portela até Arroios; o terceiro dizia respeito às estradas de Camarate e da Charneca; o quarto estendia-se de Loures ao Lumiar e, a partir desta última zona, passaria pelo Campo Grande até Arroios, Rego, Palhavã e São Sebastião da Pedreira; o quinto partiria de Loures até à Estrada de Benfica, Sete Rios, Arco do Carvalho e Ribeira de Alcântara; por fim, o último ponto iniciar-se-ia em Belas e terminaria em Sintra e Queluz. Claramente pretendia-se aproveitar o terreno para obter vantagem do ponto de vista defensivo (MELÍCIAS, 2008: 28-29).

Assim, pode compreender-se que Antas Machado pretendia defender a capital de Portugal num sistema não muito extenso, focando-se em pontos que consideraria estratégicos, apenas na área junto a Lisboa. Na sua visão, estes pontos fariam parte da primeira Linha de defesa. Para o engenheiro esta linha teria de ser cortada por fossos e traveses, já que se previa uma luta rua a rua. O centro da Linha de defesa ficaria localizado em pontos elevados (MELÍCIAS, 2008: 29). Apesar de se poder considerar um plano de grande capacidade defensiva, a ideia defensiva de Moraes de Antas Machado apenas daria resposta a um último reduto defensivo, caso todas as outras defesas tivessem sido ultrapassadas. No fundo, o plano do engenheiro português até poderia ser eficaz, mas não teria profundidade suficiente para proteger a capital do Reino em caso de um ataque em grande escala.

Também o coronel de engenharia francês, Charles Humbert Marie Vincent e o major do Real Corpo de Engenharia, José Maria das Neves Costa, apresentaram propostas para a defesa de Lisboa. Relativamente à defesa de proximidade, Vincent

propunha que o exército defensivo deveria ser capaz de continuar a ocupar pontos considerados importantes como os fortes da Penha de França e da Senhora do Monte, assim como o castelo, caso todas as restantes defesas falhassem. Por sua vez, em relação à defesa próxima da capital, José Maria das Neves Costa propôs e registou na sua *Memória Militar, respectiva ao terreno ao Norte de Lisboa, Revista das Sciencias Militares*, que a defesa da cidade deveria passar uma Linha defensiva de Pedrouços até Monsanto seguindo a ribeira de Algés, seguindo daí para Benfica, Lumiar até Unhos e junto ao Tejo em Santarém (MELÍCIAS, 2008: 30).

Todavia, tanto Vincent como Neves Costa não propunham apenas um sistema defensivo de proximidade e, apesar das suas divergências, ambos tinham em mente o desenvolvimento de um sistema defensivo a Norte da capital do Reino.

Charles Humbert Marie Vincent foi o responsável por realizar um trabalho de reconhecimento da costa na região a Norte de Lisboa, sob a ordem do coronel-general Junot. Após a realização do primeiro reconhecimento, o engenheiro francês compreendeu a necessidade de elaborar e executar uma planta da região do rio Tejo até ao mar. Atribuiu esse trabalho ao coronel Francisco Bernardo de Caula que deveria realizar com outros dois oficiais à sua escolha, os majores José Maria das Neves Costa e Joaquim Norberto Xavier de Brito do Real Corpo de Engenheiros. Por um lado, esta planta permitiria aumentar a informação e o detalhe das cartas que já existiam à época, por outro possibilitaria a elaboração de mapas para áreas ainda não trabalhadas para o planeamento de operações de pormenor (LOBO, 2015: 65 e 69; MELÍCIAS, 2008: 30-31).

Foi com base nestes dados que Vincent elaborou a *Reconnaissance d'une portion de terrain en avant de Lisbonne comprise entre la Tage et la Mer, et considerations sur les attaques de terre à redouter pour la ville*, propondo um sistema defensivo para a cidade de Lisboa. Neste documento, o engenheiro atenta às características do terreno para melhorar a capacidade defensiva e para compreender para que áreas o exército defensivo se poderia retirar em caso de insucesso, desenhando linhas estratégicas em redor de Lisboa, não tendo, ainda, previsão para a construção de obras militares (MELÍCIAS, 2008: 31). Estavam, contudo, lançadas as bases conceptuais do sistema defensivo das Linhas de Torres.

A importância da proposta de Vincent reside na análise das características do terreno como forma de ser possível uma vantagem defensiva em relação ao inimigo. Na sua proposta, a Linha defensiva a Sul do Tejo assentaria apenas no obstáculo natural que era o rio. O problema encontrava-se a Norte da capital. Para esta região, o coronel propôs uma Linha defensiva iniciada a Norte da Serra do Montejunto e desenvolvida até Sintra. Para Vincent, o ataque a Lisboa, no caso do exército inimigo ultrapassar Torres Vedras, só poderia surgir a partir de Mafra ou Montachique, não colocando sequer a hipótese de desembarque do inimigo em Mafra. Já um ataque proveniente da zona entre Runa e Sintra também seria praticamente impossível, já que esta zona é demarcada pela altitude, podendo ter uma defesa capaz. Assim, concebeu a defesa das posições em Estira Corda, Sobral de Monte Agraço, Cabeço de Montachique, Bucelas e Serra do Socorro. Outro troço por onde não poderia passar o inimigo era a Sudeste da Serra do Montejunto, já que o exército acabaria por ficar exposto entre Santarém, Alenquer e Cercal. Tendo em consideração um possível ataque a partir da margem direita do rio Tejo, mais concretamente a partir de Abrantes, Vincent propôs também a ocupação defensiva de Santarém, Punhete, Vila Franca de Xira e Castanheira (LOBO, 2015: 69; MELÍCIAS, 2008: 31-32).

Após a expulsão do exército francês, continuaram a surgir mais estudos e propostas para a defesa de Lisboa. José Maria das Neves Costa iniciou-os em Outubro de 1808, com a colaboração de Francisco Bernardo de Caula e de Joaquim Norberto Xavier de Brito e José Feliciano Farinha. A elaboração da proposta, que teve em consideração os dados compulsados por Vincent, iniciou-se com o reconhecimento do terreno, em Fevereiro de 1809, assim como o desenvolvimento de uma carta topográfica, entregue à Regência a 6 de Junho de 1809. Entre os trabalhos e a entrega da proposta, Neves Costa redigiu a sua *Memória*, finalizada a 24 de Maio de 1809 (MELÍCIAS, 2008: 37-38).

Neves Costa pretendia fortificar pontos estratégicos de várias vias de comunicação, articulando-as com as posições naturais que poderiam ser aproveitadas para criar maiores obstáculos ao exército inimigo, independentemente da região de onde iniciassem a sua marcha para Lisboa. No sentido Norte-Sul, as duas primeiras vias correspondiam à ligação entre Torres Vedras e Lisboa, uma por via de Mafra, outra por Montachique. Ainda no mesmo sentido, o engenheiro apresentou a variante por Sintra,

assim como a primeira e segunda variantes pela Malveira e pela Ribaldeira. Por sua vez, um ataque pelo interior da Serra de Montejunto deveria ter em consideração a defesa da via de Sacavém entre o Carregado e Lisboa, a variante por Vialonga e a ligação entre a Ota e Lisboa por via do Sobral de Monte Agraço (LOBO, 2015: 69; MELÍCIAS, 2008: 37-38). Desta forma, ao contrário de Vincent, José Maria das Neves Costa propôs uma defesa através da construção de obras militares em determinados pontos-chave. No fundo, o primeiro aponta as defesas naturais como uma Linha defensiva contínua e extensa, enquanto que o segundo pretendia seguir uma ideia do posicionamento de apoios para reforçar a defesa da região.

3.3. O plano de Sir Arthur Wellesley

Após ter sido nomeado para comandante-chefe do exército luso-britânico, *sir* Arthur Wellesley, que chegou a Portugal a 22 de Abril de 1809, teve um papel fulcral no planeamento das Linhas de Torres. A necessidade de criar um sistema defensivo eficaz surgiu após a batalha de Talavera, travada a 27 de Julho de 1809, em que Wellesley percebeu que não poderia contar com a organização, eficácia, disciplina e habilidade dos oficiais do exército espanhol, confiando apenas nos seus veteranos e nos homens que compunham o exército português. Assim, após a expulsão do marechal Soult do território português, iniciou um trabalho de reconhecimento territorial com o tenente-coronel Richard Fletcher na região a Norte de Lisboa. Apresentou em sequência uma proposta de um sistema defensivo que fosse capaz de garantir o domínio da cidade de Lisboa e do rio Tejo, levando em consideração os dados dos estudos anteriores. Assim, Wellesley pretendia impedir a progressão do exército francês pela calçada que ligava Torres Vedras a Montachique, assim como evitar que o exército inimigo tentasse contornar o terreno pelas estradas que ligavam o Sobral de Monte Agraço a Bucelas, e Castanheira a Alhandra (BARATA, 2004: 184; LOBO, 2015: 69-71; MELÍCIAS, 2008: 39-40).

Antes mesmo de desenvolver o plano final para o sistema defensivo das Linhas de Torres, Wellesley tinha já noção de três condicionantes que teriam que ser ultrapassadas. A primeira condicionante consistia na criação de uma organização defensiva com elevada capacidade de acção e impossível de ser torneada. A segunda

deveria garantir que as obras militares teriam as dimensões necessárias para a ocupação de um contingente luso-britânico e onde fosse possível assegurar a segurança da artilharia e dos depósitos. A terceira condicionante estava relacionada com a necessidade de existir uma obra militar, de dimensão reduzida e capaz de garantir o reembarque do contingente em caso de retirada (BARATA, 2004: 184; LOBO, 2015: 77).

No seu *Memorandum* Wellesley propunha a fortificação de posições mais ou menos contíguas para serem ocupadas e defendidas pelo exército luso-britânico. A partir deste documento compreendem-se 13 pontos essenciais que se propunham fortificar, como a zona de Castanheira, os montes que dão acesso às estradas do Sobral de Monte Agraço e Bucelas, a estrada entre Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira, assim como a zona de Alhandra. Para além de fortificar posições, propunha-se a criação de postos avançados como baterias ou entrincheiramentos capazes de albergar um número elevado de militares (MELÍCIAS, 2008: 40-41). Concebia-se, pois, um sistema defensivo em profundidade, numa área alargada. Estes dois factores contribuiriam por um lado, para uma defesa efectiva e incapaz de ser torneada, por outro, para o desgaste do exército francês (LOBO: 2015, 69-71,83).

3.4. As fases de construção do sistema defensivo

A 20 de Outubro de 1809, *sir* Arthur Wellesley enviou um *Memorandum* ao tenente-coronel Richard Fletcher em que considerava os pontos estratégicos que deveriam ser defendidos. Todavia, o reconhecimento do território foi considerado prioritário, já que o início do desenvolvimento de obras militares aconteceu em muito poucas zonas e teve um ritmo bastante lento. Entre o *Memorandum* e o reconhecimento realizado por Wellesley foram iniciadas obras em apenas quatro zonas, São Julião da Barra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Castanheira, durante o início do mês de Novembro daquele ano de 1809 (MELÍCIAS, 2008: 48-49).

Em Fevereiro de 1810, Wellesley realizou um novo reconhecimento no território onde se localizaria o sistema defensivo das Linhas de Torres, mas, desta vez, num prazo mais curto, facto que se pode justificar por ter incidido num trabalho mais específico. O comandante-chefe passou por Óbidos, Peniche, Torres Vedras, Mafra e

Vila Franca de Xira, percorrendo todos estes locais para verificar os trabalhos até então desenvolvidos, do ponto de vista da construção e do reconhecimento do terreno. Após as suas visitas, as obras de fortificação ganharam um novo ritmo, mais acelerado, iniciando-se a construção de obras militares desde Vialonga até à vila da Ericeira (MELÍCIAS, 2008: 50).

Desta forma, iniciaram-se, no dia 17 de Fevereiro de 1810, construções de obras militares em Mafra, na Serra de Chipre, em Gradil, no desfiladeiro da Murgeira e junto de Montachique. Dois dias depois começaram a ser desenvolvidas fortificações na Ericeira e na Carvoeira, assim como entre os desfiladeiros de Picanceira e Ribamar. Ainda no mesmo dia começaram a ser fortificadas posições no desfiladeiro em Montachique e Bucelas. Por sua vez, no dia 24 de Fevereiro 1810 começaram as obras de fortificação de Vialonga, no monte localizado a Sul de Alhandra. Todas as obras militares construídas neste período acabaram por criar a primeira Linha de defesa do sistema defensivo das Linhas de Torres. Mais tarde, e já com o sistema defensivo completo, esta linha passou a ser designada como Linha Principal de Defesa (MELÍCIAS, 2008: 50-51). Além da construção das obras militares ter ganho um ritmo mais acelerado, destaque-se a corporização de uma primeira Linha defensiva que se veio a tornar a mais preponderante. No fundo, este momento acabou por ser um tempo de aprendizagem por parte de todos os engenheiros envolvidos na estratégia adoptada por Wellesley, além do terreno em que estavam a ser implantadas as fortificações.

Com receio de um ataque iminente em Julho de 1810, Wellesley chamou Richard Fletcher para tomar o seu lugar e coordenar os trabalhos de construção das obras militares. Por sua vez, este nomeou o tenente John Thomas Jones, encarregado de terminar os trabalhos de fortificação e realizar um levantamento de diferentes posições tendo em vista melhorar a capacidade das obras militares, principalmente no que diz respeito ao tiro de artilharia. Na carta de Richard Fletcher a John Thomas Jones, de 17 Julho de 1810, foram apresentadas alterações ao traçado original do sistema defensivo das Linhas de Torres. Neste documento, Fletcher expressava as ideias do comandante-chefe, que passavam por reforçar as posições avançadas da 1ª Linha defensiva e tornar Alhandra a posição mais forte. Neste contexto, foram desenvolvidos escarpamentos e obras de melhoramento nas trincheiras entre Alhandra e o rio Tejo, assim como a construção de mais seis obras militares nesta zona. Estas alterações

surgiram no momento em que o exército francês iniciou operações para cercar Almeida, que conseguiu dominar a 15 de Agosto de 1810 (MELÍCIAS, 2008: 51-53).

Tendo em consideração o facto das alterações ao plano do sistema defensivo das Linhas de Torres terem sido executadas cerca de um mês antes da tomada de Almeida pelos franceses, pode supor-se que Wellesley terá compreendido a estratégia do adversário (MELÍCIAS, 2008: 53). Este pode considerar-se um ponto relevante para os posteriores acontecimentos e confrontos da Guerra Peninsular, já que o comandante-chefe pode ter ganho tempo para criar melhores condições nas obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres, assim como definir um plano de defesa e contra-ataque mais rigorosos. Neste período houve a preocupação por desenvolver obras militares que complementassem as fortificações existentes, como entrenchementos, escarpamentos, paliçadas, abatizes, barragens e estradas militares, assim como trabalhos de minagem de estradas e pontes.

Foi também neste contexto que começou a existir uma crescente preocupação com a comunicação entre as várias posições do sistema defensivo (MELÍCIAS, 2008: 53-54). Compreende-se, assim, um plano de estratégia defensiva efectiva e eficaz delineado por parte de Sir Arthur Wellesley e pelos seus oficiais. Percebe-se que não existia apenas a preocupação de combater o exército francês atrás de fortificações ou trincheiras, mas também a necessidade de comunicar entre os vários pontos do sistema defensivo. A importância da comunicação reside no facto desta ter que ser segura e longe do inimigo para não prejudicar ou colocar em risco as operações militares do exército luso-britânico, como as suas estratégias defensivas e ofensivas, assim como as suas movimentações ao longo do terreno.

4. As forças militares

4.1. Os exércitos

De acordo com Manuel Themudo Barata, as posições fortificadas continham cerca de 30.000 homens portugueses das milícias e ordenanças e cerca de 34.509 militares britânicos, 24.539 militares portugueses e, 8.000 militares espanhóis, todos sob as ordens de *sir* Arthur Wellesley. Estes homens e militares encontravam-se em dois grupos distintos. Um dos grupos teria como missão defender a posição de qualquer ataque que surgisse por Alhandra, e outro teria de defender a sua posição de qualquer investida vinda do Sobral de Monte Agraço. Ao mesmo tempo, todos os combatentes deveriam estar prontos para um eventual contra-ataque rápido e preciso em caso de penetração por parte do exército francês (BARATA, 2004: 185). Este grande número de homens presentes no exército luso-britânico é demonstrativo da grande dimensão do sistema defensivo das Linhas de Torres.

As forças militares portuguesas encontravam-se sob a égide do comandante Bernardim Freire de Andrade. Em Abril de 1810 encontravam-se em Mafra 186 artilheiros, 79 atiradores e 972 homens armados com piques pertencentes às Ordenanças de Mafra, assim como 744 pertencentes ao Regimento de Milícias da Figueira da Foz, assim como 23 praças pertencentes ao Destacamento de Artilharia nº 1. Por sua vez, em Outubro de 1810 encontravam-se, presentes no município de Mafra, 700 homens pertencentes às Milícias Portuguesas, 350 artilheiros das Ordenanças e 230 artilheiros portugueses do Distrito nº 6 (SOUSA e LOPES, 2011: 25).

As forças militares britânicas encontravam-se, desde Agosto de 1808, sob o comando de *sir* Arthur Wellesley. Todavia, a partir de Março de 1809, quando *sir* Wellesley se tornou comandante-chefe, o marechal Beresford foi incumbido de reorganizar e comandar as forças britânicas. A partir desta reorganização foram constituídas três divisões, incluindo a Leal Legião Lusitana e os Batalhões de Caçadores. Além disso, para a 2ª Linha defensiva das Linhas de Torres foram destacadas Milícias, sob o comando do Brigadeiro Lecor. Entre 1808 e 1810, as forças militares britânicas, em Mafra, eram constituídas pelo Regimento de Cavalaria de

Anson, 40 artilheiros britânicos, assim como por 307 praças que se encontravam ocupadas por um Destacamento do Exército Britânico (SOUSA e LOPES, 2011: 25).

As forças militares espanholas, de número mais reduzido, encontravam-se sob o comando do general Marquês La Romana. Entre 1807 e 1808, as forças espanholas auxiliaram o exército francês com o 1º Batalhão de Granadeiros de Castela-a-Velha e uma Brigada de Cavalaria de Maria Luísa de Bourbon-Parma. Contudo, em Outubro de 1810, já a auxiliar o exército luso-britânico, as forças militares espanholas contavam com duas Divisões do General Marquês La Romana com cerca de 8.000 militares (SOUSA e LOPES, 2011: 25).

Por fim, as forças militares francesas encontravam-se sob o comando do general Louis Henri Loison, compostas pela 2ª Divisão de Infantaria do 1º Corpo de Observação de Gironda. Dentro desta divisão encontravam-se integrados o 2º, 4º e 12º Regimentos de Infantaria Ligeira, o 2º Regimento de Infantaria de Linha suíço, o 26º Regimento de Caçadores a cavalo, juntamente com o 1º Regimento de Dragões (divisão de cavalaria francesa), assim como o 6º Regimento de Artilharia (SOUSA e LOPES, 2011: 25).

A distribuição das guarnições e das peças de artilharia pelas obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres justifica-se por dois factores. Por um lado, deve-se à importância estratégica de cada fortificação, por outro, pelas dimensões que cada obra militar apresentava. É de referir que Wellesley juntou unidades das forças militares portuguesas com as britânicas, sendo que cada unidade teria um oficial português e um oficial britânico, possibilitando também o entendimento na linguagem, nas táticas e metodologias de ambos os exércitos. Por norma os fortes poderiam ter uma guarnição variável entre 200 a 400 militares e entre duas a seis peças de artilharia. Contudo, destacam-se os Fortes de São Vicente, em Torres Vedras, e do Alqueidão, no Sobral de Monte Agraço. O primeiro teria uma guarnição de cerca de 1.720 militares apoiados por 26 peças de artilharia. Por sua vez, o segundo teria capacidade para ser defendido por cerca de 1.590 militares apoiados por 25 peças de artilharia (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013: 10).

As obras militares das duas primeiras Linhas defensivas foram guarnecidas com militares portugueses de 2ª linha – de infantaria e artilharia –, juntamente com artilheiros britânicos. Já a 3ª Linha defensiva foi guarnecida por fuzileiros navais

britânicos. É de sublinhar que, na maioria das obras militares do sistema defensivo, as guarnições eram sempre complementadas com infantaria e reservistas portugueses. Por exemplo, na 1ª Linha defensiva o general Hill comandava duas divisões em Alhandra. Na área central desta Linha, estavam posicionados tanto Wellesley, como Beresford. O primeiro comandava três divisões e tinha o seu quartel-general em Pero Negro. O segundo comandava também três divisões e tinha o seu quartel-general em Sobral do Monte Agraço. É ainda de referir que na área de Torres Vedras encontrava-se o general Picton, em Enxara de Cavaleiros estava posicionado o general La Romana, comandando duas divisões espanholas, e, por fim, em Runa estava o barão Eben a comandar a Leal Legião Lusitana (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013: 10). É possível então constatar a troca de conhecimento militar entre os dois exércitos, demonstrado pelas fusões e cooperação de unidades portuguesas e britânicas. Além disso, e de acordo com estes dados, pode compreender-se a necessidade de tentar travar o inimigo de imediato nas duas primeiras Linhas defensivas.

4.2. A logística

Um dos pontos essenciais numa guerra tem que ver com o abastecimento dos militares que se encontram a guarnecer as diferentes posições. Assim, é necessária uma grande e eficaz organização logística capaz de responder às necessidades de todos os contingentes militares.

Para além de ter desenvolvido o plano final para a construção do sistema defensivo das Linhas de Torres e de sempre ter sido considerado um excelente estratega militar, *sir* Arthur Wellesley também era considerado um grande administrador. Ao comandante-chefe do exército luso-britânico é-lhe reconhecida a sua forma coerente de gerir as actividades logísticas durante conflitos. A primeira situação deste género aconteceu em 1794 quando Wellesley – comandando o 33º Regimento de Infantaria – foi o homem responsável por fornecer provisões em bom estado e de forma atempada a um contingente que se encontrava em campanha na Flandres. Mais tarde, já como coronel, foi enviado para a Índia e foi neste contexto que ganhou destaque na área da logística (HYDE, 2011: 141). Assim, em 1804, Wellesley redigiu que “O sucesso de operações militares na Índia depende de provisões. Não há dificuldade no combate e no

encontro dos meios de derrotar o inimigo com ou sem perdas, só que para se atingir os objectivos é preciso fornecer alimentos.” (HYDE, 2011: 141)

Dentro do exército britânico existiam três organizações principais: a Força de Combate, o Conselho de Material Militar e o Comissariado. Estas organizações eram independentes e tinham controlos e orçamentos próprios. A Força de Combate era a organização composta por regimentos de infantaria de linha apoiados por cavalaria, sendo comandada directamente por Wellesley tinha como responsabilidade lutar na frente de combate, tal como a sua designação indica. O Conselho de Material Militar era responsável por comprar, organizar e movimentar o equipamento de artilharia dos contingentes em campanha, como por exemplo, as munições, distribuídas pelos contingentes em caravanas próprias e com condutores do próprio Conselho. Também o material de cerco e, mais tarde, o material de construção de pontes estava sob a sua direcção. Por fim, o Comissariado era a organização responsável pelos abastecimentos de alimentos, forragem ou transportes aos contingentes em campanha, sendo composto por civis que, em campanha, usavam uniformes azuis semelhantes aos militares e tinham ordem para possuir apenas armas brancas (HYDE, 2011: 143).

Depois da batalha de Talavera, nos dias 27 e 28 de Julho de 1809, Wellesley definiu a sua área de operações em Portugal. Com esta decisão, pretendia evitar o confronto directo e ganhar a batalha logística contra o exército francês. De facto, o conceito de guerra de Napoleão Bonaparte assentava na ideia de concentrar para combater e dividir para sobreviver. Nesta estratégia os homens exército francês viviam consoante os recursos da região onde se concentravam, ficando condicionados pelo seu tempo de permanência no local. Contudo, este conceito não conseguiu ser aplicado em Portugal. Paralelamente, o exército luso-britânico poderia garantir os seus abastecimentos por via marítima devido à grande hegemonia britânica nos mares. Este factor era importante, já que possibilitava a deslocação de homens e equipamentos para diferentes posições sem restrição de tempo. É ainda de sublinhar que Wellesley constituiu vários depósitos de abastecimento que pudessem ser rapidamente destruídos caso houvesse a necessidade do exército luso-britânico recuar no terreno (LOBO, 2015: 77-79). Depreende-se, assim, que as estratégias de logística do exército francês e do exército luso-britânico eram muito distintas. Enquanto os franceses definiram uma

estratégia que assentava, em grande medida, na sua sorte, os militares britânicos e portugueses optaram por delinear uma estratégia com base na circulação marítima.

4.3. As comunicações e as vias de comunicação

A Guerra Peninsular foi um dos primeiros conflitos que utilizou a transmissão de mensagens por uma rede telegráfica. A escolha por este sistema reside na segurança na transmissão de mensagens com ordens e decisões, não colocando em risco o sucesso da operação (SOUSA; LUNA; LEAL, 2011: 26).

O *Memorandum* de *sir* Arthur Wellesley, já referido anteriormente, demonstrava não apenas as suas ideias defensivas, mas também a necessidade da criação de um sistema de comunicação entre as fortificações das Linhas de Torres. Assim, o almirante Berkeley iniciou o processo de conversão do código naval – conhecido como Popham – para uma utilização terrestre, tendo inúmeras adversidades nesse trabalho. Estas dificuldades técnicas e estavam relacionadas com a distância, a construção e a visibilidade. Todavia, as divergências internas entre a Marinha e o Exército em nada contribuíram para ultrapassar esta adversidade. Calcula-se que no dia 3 de Agosto de 1810 o sistema já se encontrasse operacional (SOUSA; LUNA; LEAL, 2011: 26). Estes esforços levados a cabo por Wellesley, Fletcher e Berkeley foram importantes, já que contribuíram para a circulação de informação num código eficaz e seguro.

Para o caso do sistema defensivo das Linhas de Torres, os militares portugueses montaram e utilizaram os telégrafos de ponteiro – desenvolvidos pelo matemático de origem luso-italiana, Francisco Ciera –, ainda que os marinheiros britânicos utilizassem os telégrafos de balões. Enquanto os militares portugueses operavam com telégrafos caracterizados por terem uma maior flexibilidade na sua utilização, designados como telégrafos *portáteis* – ou volantes –, os marinheiros britânicos operavam com telégrafos caracterizados por terem uma maior dimensão e permanentes, designados como telégrafos de persianas (LUNA; SOUSA; LEAL, 2009: 107).

O telégrafo de ponteiro era composto por um mastro e por um ponteiro que seria controlado por uma manivel, permitindo incliná-lo de 45° em 45° graus. Anexado ao telégrafo de ponteiro encontrar-se-ia também uma tenda onde apenas um único militar

observaria, faria e escreveria os sinais. Através dos melhoramentos de Francisco Ciera foi possível atingir até um máximo de 60.000 palavras e frases. Já o telégrafo de balões seria composto por um mastro e uma verga de madeira onde seriam suspensos 4 balões, sendo que a leitura dos sinais seria feita consoante o posicionamento dos balões do telégrafo (LUNA; SOUSA; LEAL, 2009: 77 e 97).

O sistema de comunicações das Linhas de Torres utilizava o sistema telegráfico britânico e encontrava-se implantado em 11 estações, sendo que três das estações se localizavam na Serra do Socorro, no Cabeço de Montachique e na Serra de Serves. Assim, existiriam postos de sinais em oito obras militares: Grilo, São Vicente, Alqueidão, Sinais, Lagoa Sonível, Chipre e São Julião. Para um maior apoio e segurança na transmissão de mensagens, este sistema encontrava-se ligado à armada britânica que se encontrava estacionada no Atlântico. A ligação com a cidade de Lisboa era feita a partir do Cabeço de Montachique, que transmitia a mensagem para o telégrafo colocado em Monsanto que, por sua vez, passaria a mensagem para os telégrafos dispostos na Ajuda, no Castelo e em São Julião da Barra (LUNA; SOUSA; LEAL, 2009: 109; SOUSA; LUNA; LEAL, 2011: 27).

Além da utilização do sistema de telégrafos, é de mencionar também a existência de estafetas. A passagem das mensagens entre os diferentes locais de operação podia ser passada por via terrestre ou aquática (LOBO, 2015: 233).

Os abastecimentos dos fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres, assim como as comunicações efectuadas entre as obras militares, eram realizados tanto por via terrestre como via aquática. O rio Tejo, contrariamente à costa da Península de Lisboa, possibilitava um acesso e ancoragem fácil das embarcações ao cais. Estas embarcações eram importantes já que se tratavam do apoio logístico às forças militares. Por sua vez, as estradas eram utilizadas para transportes terrestres provindos da cidade de Lisboa ou dos cais na margem do rio Tejo. Todavia, tanto uma via como a outra apresentavam dificuldades nos períodos de mau tempo. Por um lado, as embarcações ficavam retidas nos cais, por outro os carros de bois e as carroças ficavam presas na terra partindo, na esmagadora maioria das vezes, os eixos do veículo. Além disso, o carro de bois utilizados por militares tinham um elevado peso, com um eixo forte que fazia a ligação entre as duas rodas, podendo transportar cerca de duas toneladas de material logístico (LOBO: 2015, 233).

É perceptível a dificuldade que o exército luso-britânico tinha em garantir a logística necessária tanto à construção das obras militares do sistema defensivo, como à sobrevivência dos homens das guarnições militares e das populações. Assim, esta realidade poderia comprometer as operações militares durante o conflito, mas também o transporte de feridos na frente de combate.

Parte II – As obras militares das Linhas de Torres: uma perspectiva arqueológica

5. Metodologias de intervenção arqueológica e história das pesquisas

5.1. O projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres

As intervenções arqueológicas das fortificações do sistema defensivo das Linhas de Torres foram realizadas no âmbito de um projecto de valorização, intitulado Rota Histórica das Linhas de Torres – RHLT – iniciado em 2006, promovido pela Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres – PILT, congregando os municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, com colaboração por parte da então Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN e do Exército Português, tornando-se no primeiro grande projecto de arqueologia a nível intermunicipal. O projecto, surgido no âmbito do bicentenário do sistema defensivo, celebrado em 2008, teve como principal objectivo não só recuperar o Património das Linhas de Torres, mas também valorizá-lo. Desta forma, pretendia-se implementar um plano para salvaguardar, recuperar e valorizar o Património; requalificar o tecido urbano e as paisagens nas áreas onde estão implantadas as obras militares, para uma valorização do potencial paisagístico e natural; desenvolver e divulgar as estruturas que foram intervencionadas para uma leitura colectiva do sistema defensivo; criar um produto turístico e cultural para as principais rotas turísticas transnacionais; potenciar as existências relativamente ao Património e arquitectura; potenciar a transformação do Património do ponto de vista cultural e arquitectónico através de uma plataforma intermunicipal; e recuperar a memória do facto histórico, ao nível nacional e europeu.

Assim, através da Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres – PILT –, foi submetida em 2006 uma candidatura para o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, que visa auxiliar financeiramente projectos relacionados com a cultura ou a sociedade.

Os princípios orientadores do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres partiram do conhecimento prévio e aprofundado dos locais onde iriam incidir as

intervenções, mas também dos seus contextos. Seguiram-se as boas práticas de conservação do Património Edificado que se encontram redigidas na legislação para Arqueologia em Portugal, assim como nas cartas e recomendações internacionais, com particular destaque para a *Carta de Veneza*, de 1964, a *Carta de Lausanne*, de 1990, a *Convenção de La Valleta*, de 1992, o *Documento de Nara*, de 1994, a *Carta de Carcóvia*, de 2000 e a *Declaração de Vinny*, de 2000 (SOUSA; MIRANDA; GARCIA; GOMES, 2011: 48).

Este foi um projecto em grande escala e, assim, estiveram envolvidos profissionais das áreas de Arqueologia, História, Restauro e Arquitectura, que estabeleceram directrizes adaptadas a cada tipologia de construção, paisagem e uso. Contudo, foi ainda necessário criar metodologias uniformes no que concerne à caracterização, intervenção e monitorização dos sítios. Desta forma, participaram nas intervenções equipas municipais das áreas do Ambiente e do Património, técnicos do IGESPAR – actual DGPC – e equipas do ramo do Exército (SOUSA; GARCIA; GOMES; MIRANDA, 2011: 48).

É ainda importante referir que este projecto de valorização, através do contributo que deu tanto para a Arqueologia como para a História Militar, foi vencedor dos Prémios *Europa Nostra* e Turismo de Portugal.

5.2. Metodologias utilizadas no projecto

Para o projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres definiram-se dois níveis de intervenção. O primeiro nível correspondeu a uma acção não directa nas estruturas no que diz respeito a escavação e restauro. Esta opção foi tomada para os casos do Forte Grande e Forte Pequeno, no Circuito da Enxara, assim como para o Forte do Juncal, no Circuito de Mafra. Estas intervenções decorreram entre Novembro de 2008 a 2009 respectivamente. Por sua vez, o segundo nível correspondeu a uma acção directa sobre as próprias estruturas possibilitando um grande nível de leitura e interpretação. O Forte do Zambujal foi o primeiro sítio a ser intervencionado a este nível a 12 de Setembro de 2009, seguido do Forte da Feira, no ano de 2011 (SOUSA; MIRANDA; GARCIA; GOMES, 2011: 48).

Algumas intervenções realizadas em contextos efémeros e com tipos construtivos e materiais muito diferentes ainda são muito distintos de outros sítios datados de período Contemporâneo. Todavia, as intervenções efectuadas no âmbito do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres na área da investigação, possibilitaram o teste de metodologias de campo e linhas de leitura novas. Assim, as escavações realizadas no âmbito deste projecto permitiram experimentar novas estratégias no que diz respeito a intervenções para este Período e para este tipo de contexto (SOUSA; MIRANDA; GARCIA; GOMES, 2011: 50).

Os objectivos das intervenções arqueológicas no projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres incidiram em duas diferentes áreas: na investigação e na minimização de impacto. Ao todo, foram realizadas, no âmbito deste projecto, 11 escavações em estruturas militares. Tanto a intervenção, como o estudo destes sítios permitiu compreender melhor as técnicas construtivas, a sua utilização e a fase de recuperação das estruturas militares (SOUSA e MIRANDA, 2009: 13; SOUSA; MIRANDA; GARCIA; GOMES, 2011: 50).

Desta forma, tentou-se que as intervenções arqueológicas realizadas nas diferentes obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres tivessem como base uma metodologia transversal, ou, pelo menos, semelhante. A necessidade de se tentar utilizar uma única metodologia para todas as intervenções deve-se ao facto de se ter de perceber as fortificações numa perspectiva singular, através da identificação e registo dos elementos que compunham a obra militar, mas também de uma forma conjunta, em que a fortificação surge como um elemento de um sistema defensivo maior e mais complexo.

Tendo em consideração os objectivos singulares e conjuntos das intervenções arqueológicas realizadas no âmbito da Rota Histórica das Linhas de Torres todos os trabalhos foram executados de acordo com o método de Barker-Harris para que fosse possível realizar o registo de fichas de campo e plantas de unidades estratigráficas (SOUSA e MIRANDA, 2009: 14; PIRES, 2010: 9; JACINTO, 2011: 4; JACINTO, 2011: 6). No mesmo sentido, as intervenções arqueológicas também tiveram em atenção a necessidade de realizar trabalhos em elementos transversais a todas as obras militares. Assim, em todos os trabalhos arqueológicos realizados nas obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres, foram executados trabalhos em fossos,

parapeitos, canhoneiras, traveses e paióis, tendo-se intervencionado também outras estruturas singulares em cada obra militar.

No fundo, os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres tinham como principal objectivo compreender as estruturas militares de campanha seguindo sempre todos os princípios base de uma boa prática arqueológica. É de referir ainda que os trabalhos arqueológicos pretendiam compreender o sistema defensivo das Linhas de Torres como um todo, já que não se pode interpretar um sistema defensivo tendo em consideração apenas um espaço isolado. Também os registos efectuados permitiram estabelecer comparações com a documentação existente e compreender melhor como funcionavam e como eram erguidas as estruturas militares que compõem o sistema defensivo das Linhas de Torres. É também de salientar que a escolha dos casos de estudo para o desenvolvimento da presente dissertação se prendeu com o facto destas obras militares terem sido, todas elas, intervencionadas no âmbito do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres. Além disso, deve ainda mencionar-se que esta selecção criteriosa, também se torna importante para que seja possível estabelecer paralelos entre as fortificações.

6. Estudos de caso

A presente dissertação de mestrado foca-se apenas em 6 obras militares. Assim, foram os casos de estudo considerados foram os Fortes do Zambujal – obra militar nº 95 – e da Feira – obra militar nº 66 – localizados no concelho de Mafra; os Fortes de São Vicente – obras militares nº 20, 21 e 22 – e de Olheiros – obra militar nº 23 – localizados no concelho de Torres Vedras; e os Fortes de Alqueidão – obra militar nº 14 – e do Simplício – obra militar nº 17 – localizados no concelho do Sobral de Monte Agraço. Assim, foram considerados para os casos de estudos, apenas as obras militares intervencionadas arqueologicamente e cujo materiais arqueológicos ainda não haviam sido alvo de estudo.

A importância desta selecção prende-se com a necessidade de relacionar as estruturas militares em estudo com os materiais arqueológicos para, desta forma, ser possível compreender a ocupação das obras militares. No fundo, procurou-se realizar uma leitura integrada entre aquilo que são as estruturas que compõem os fortes e os materiais arqueológicos recolhidos nos trabalhos de escavação.

6.1. Forte do Zambujal (obra militar nº 95)

O Forte do Zambujal – Obra Militar nº 95 –, também conhecido como Forte das Casas Velhas ou Forte da Serra da Gorda, localiza-se na freguesia da Carvoeira, no concelho de Mafra, com as coordenadas 38°56'58.0"N, 9°23'21.8"W. A fortificação encontra-se implantada num local de relevo elevado, junto ao vale da Nossa Senhora do Ó, numa área dominada por um substrato rochoso caracterizado por calcário. Esta obra militar fazia parte da retaguarda da posição militar de Mafra juntamente com o Forte da Carvoeira – Obra Militar nº 96 – a Sudoeste, e com o Forte de São Julião – Obra Militar nº 97 – também a Sudoeste que controlava zona costeira (Figura 4).

Estas três fortificações encontravam-se em locais de elevado relevo, para que fosse possível ter o maior controlo possível sobre o terreno em redor, tendo em consideração que estas três obras militares compunham a última linha de defesa do concelho de Mafra (LOBO, 2015: 153; SOUSA e MIRANDA, 2009: 4-5).

De acordo com as plantas desenhadas por Manuel Joaquim Brandão de Sousa, o Forte do Zambujal tem uma planta semi-rectangular, com quatro lados, tendo uma entrada do lado Este e outra do lado Oeste; esta ligava o reduto da obra militar à bateria de artilharia através de um túnel muralhado localizado a Este (Figura 5). A bateria de artilharia possuía uma planta em forma trapezoidal e era constituída por cinco lados onde se encontravam quatro canhoneiras viradas a Sudeste para o rio Lisandro, de forma a controlar tanto a estrada como a ponte que atravessava o curso de água. (LOBO, 2015: 153; SOUSA e MIRANDA, 2009: 20 e 39).

O primeiro trabalho levado a cabo nesta obra militar, ainda antes do Projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres, assentou num levantamento botânico realizado em 2002 e 2003 onde foram identificados os materiais de construção do Forte do Zambujal, tendo-se registado a utilização de terra, pedra e rocha para a construção das estruturas do forte. No que diz respeito aos elementos funcionais envolventes, foram registados o desfiladeiro/via e os escarpamentos (AA.VV., 2003: 10).

As intervenções arqueológicas no Forte do Zambujal foram realizadas em 2009, tendo tido a orientação científica da Professora Doutora Ana Catarina Sousa e da Dra. Marta Miranda, arqueólogas da Câmara Municipal de Mafra.

Nesta campanha arqueológica foram intervencionadas três áreas diferentes no Forte do Zambujal: a bateria de artilharia, o interior da fortificação (reduto) e o túnel muralhado que ligava aquelas duas componentes.

A delimitação do Forte do Zambujal – sector 3 – era composta por fosso, talude e uma estrutura murária do lado interno, tendo uma construção complexa. No fosso foi possível compreender uma estrutura que tinha uma profundidade máxima de 4 m, e cuja sua construção se deveu a uma escavação até ao substrato geológico. O talude apresentava uma construção em terra compactada, muito possivelmente, proveniente da escavação do fosso. No entanto, com o decorrer dos trabalhos arqueológicos, foi possível constatar que apresentava uma base com socacos do afloramento rochoso. Relativamente à estrutura murária foi possível aferir que o Forte do Zambujal possuía uma delimitação feita por um muro constituído por pedra seca. Além disso, o muro apresentava uma segmentação em 10 tramos, justificada pelo aumento dos ângulos de tiro. Por sua vez, o aparelho construtivo incluía somente uma face externa composta

por blocos de grandes dimensões, não se tendo identificado qualquer vestígio de utilização de argamassa. Ainda neste sector, deve fazer-se referência às duas portas. Uma encontrava-se a Oeste, à qual se acedia por um túnel, e outra estava localizada a Sul, numa abertura com 2,70 m de largura feita na estrutura murária, cujo acesso era realizado por uma ponte e um alinhamento lajeado (SOUSA e MIRANDA, 2009: 40-55).

A bateria de artilharia – sector 1 – correspondia à referida estrutura avançada da fortificação. Ao todo, neste sector, foram intervencionados cerca de 54 m², incluindo as paredes interiores e uma área pertencente à parte interna da plataforma. No entanto, após a identificação de parte de um estrado de madeira – UE 111 –, acabou por não se intervencionar a plataforma interna em toda a sua área, tendo em consideração que esta acção poderia vir a causar problemas no que concerne à conservação da estrutura (SOUSA e MIRANDA, 2009: 19).

No decorrer dos trabalhos arqueológicos, a bateria de artilharia revelou possuir paredes construídas através de um sistema complexo, registando-se um preenchimento interno do muro composto por terra, sendo que a parede externa da estrutura apresentava um aparelho em pedra construído com um menor cuidado. Os muros apresentavam um aparelho constituído por blocos de calcário de média dimensão revestidos com argamassa. Por sua vez, as paredes interiores da estrutura – UE 105, 102 e 106A –, apresentavam comprimentos diferentes. Ainda na bateria de artilharia foi identificado um sistema de drenagem de água – UE 119. (SOUSA e MIRANDA, 2009: 20-21).

Ainda na bateria de artilharia foram identificadas quatro canhoneiras – UE 104, 108, 109 e 110 – para duas peças de artilharia. Estas quatro estruturas encontravam-se localizadas em pontos ligeiramente diferentes face ao que foi representado na cartografia antiga a que já aludimos. As estruturas apresentavam uma largura de cerca de 0,92 m, tendo aberturas sub-quadrangulares nas paredes da bateria de artilharia. É de mencionar que a forma irregular das aberturas, assim como ausência de vestígios de um paramento interno, podem levar a crer que a construção das canhoneiras se tenha realizado num momento posterior à construção dos muros da bateria. A canhoneira 1 – UE 104 – encontrava-se localizada no muro Norte. Era composta por dois blocos de pedra, possuía um sistema de drenagem, e tinha 0,95 m de largura e 0,39 m de

profundidade. A canhoneira 2 – UE 108 – encontrava-se localizada na área Sul da bateria. Esta estrutura tinha 0,90 m de largura e 0,5 m de profundidade. A canhoneira 3 – UE 109 – localizava-se a no muro Norte. Esta estrutura apresentava 1 m de largura e 0,5 m de profundidade. Por fim, a canhoneira 4 – UE 110 – tinha 0,83 m de largura e 0,74 m de profundidade (SOUSA e MIRANDA, 2009: 27-29).

No mesmo sector foi também identificado um estrado de madeira, localizado entre os muros Norte e Nordeste, pertencente à plataforma interna da bateria de artilharia – EU 111. Tendo em consideração o mau estado de conservação da estrutura, este estrado poderia tanto ser suportado por traves laterais, como ser uma peça única que ligava as quatro canhoneiras. A análise laboratorial concluiu que a madeira utilizada no estrado era de pinheiro-manso (SOUSA e MIRANDA, 2009: 30-34; QUEIROZ, 2010: 2).

Ainda no sector 1 foi registada uma paliçada o registo de uma paliçada através da identificação de 13 buracos de poste que tinham uma dimensão balizada entre os 10 e os 45 cm, com espaçamentos irregulares entre si (SOUSA e MIRANDA, 2009: 36).

Neste sector foram identificadas várias cavilhas com um comprimento compreendido entre os 6 e 13 cm (Figuras 13 e 14). É certo que alguns destes materiais se encontram fragmentados, todavia, foi possível aferir que se tratavam das cavilhas que suportavam o referido estrado de madeira – UE 111. Assim, tendo em consideração o estudo destes materiais, aliado à identificação e ao local onde se encontrava o estado de madeira é possível chegar à conclusão de que estes vestígios se tratam, muito provavelmente, da plataforma que suportaria as peças de artilharia.

O túnel muralhado – sectores 5 e 6 – encontrava-se localizado na área central do Forte do Zambujal e ligava o reduto da obra militar à bateria de artilharia. O túnel, escavado no substrato rochoso, apresentava 28,5 m de comprimento e 4 m de largura, com as paredes revestidas com argamassa. Acedia-se a ele, a partir do reduto por quatro degraus (SOUSA e MIRANDA, 2009: 68-74).

Durante as intervenções arqueológicas, apenas foram escavados 3 traveses localizados no reduto da obra militar – sector 4. Esta decisão prendeu-se com o elevado grau de intrusão da escavação arqueológica. No través designado como 1 foi identificada uma estrutura construída por terra e material pétreo. A Oeste foi detectada

uma parede em pedra na parte inferior do través, estando conectada com o muro externo. Por sua vez, a Este identificou-se uma estrutura constituída por terra compactada. O través designado como 2 estava localizado na área Norte da obra militar, junto à entrada para o túnel. Através da intervenção arqueológica houve a possibilidade de se compreender que este se constituiu pela escavação do substrato rochoso, pela construção de uma parede em material pétreo e, posteriormente, em terra. Do lado Oeste foi possível registar uma parede em pedra que compunha a delimitação do través. Já no lado Este não foi possível verificar a mesma situação. O través designado como A encontrava-se implantado entre o través 1 e o paiol. Através da intervenção arqueológica pode perceber-se que a técnica construtiva deste través era bastante semelhante à do través 2 (SOUSA e MIRANDA, 2009: 57-64).

Após os trabalhos arqueológicos pode concluir-se a existência de dois tipos de traveses. Primeiro, identificaram-se traveses com base em material pétreo e topo em material sedimentar, localizados sobre a estrutura murária. Muito provavelmente este primeiro tipo de estrutura teria uma funcionalidade relacionada com o lançamento de granadas. Em segundo, identificaram-se traveses localizados nas áreas mais interiores do Forte do Zambujal. É ainda de sublinhar que estas estruturas se encontravam em torno do paiol, de forma a proteger a estrutura e os homens da guarnição militar (SOUSA e MIRANDA, 2009: 58-59).

O paiol – sector 2 –, localizava-se no reduto da obra militar. Esta estrutura apresentava uma planta em forma de ferradura e foi construída com base numa técnica de construção mista: primeiramente foi escavado o substrato rochoso, sendo posteriormente construída a estrutura em terra e desenvolvido o edificado em madeira. A técnica construtiva em terra apresentava semelhanças à técnica que fora também empregue nos traveses. No interior da estrutura foi identificado um muro que corresponderia muito provavelmente à base da estrutura em madeira. Ainda no mesmo muro foi detectado a parte superior daquilo que seria o piso do paiol, que continha materiais pétreos de pequena dimensão (SOUSA e MIRANDA, 2009: 65-66).

Relativamente ao estudo do espólio recolhido dos sectores 1, 2, 3, 4 e 5 pode concluir-se que os materiais apresentavam uma cronologia balizada entre os períodos Moderno e Contemporâneo. Em relação às tipologias, foi possível registar cerâmica comum (68%), cerâmica vidrada (21%) e faiança (11%) (Gráfico 1). No que às formas

das cerâmicas diz respeito foi identificado um púcaro para o consumo de água, assim como pratos, tigelas, panelas e um tacho (Gráfico 2).

As pastas cerâmicas apresentam, maioritariamente, uma tonalidade alaranjada, característica que demonstra uma cozedura destas peças em ambiente oxidante (Gráfico 3). Os fragmentos cerâmicos apresentam ainda alguns vestígios de elementos não plásticos, sendo que os mais perceptíveis são quartzo e micas. Identificaram-se fragmentos cerâmicos com marcas de fogo, podendo estar relacionadas com actividades alimentares.

Entre o espólio cerâmico estudado encontram-se, na sua vasta maioria, bojós e bordos. Os bordos apresentam espessuras compreendidas entre os 0,2 e 1 cm, sendo o bordo do tacho que apresenta maior espessura.

6.2. Forte da Feira (obra militar nº 66)

O Forte da Feira – Obra Militar nº 66 –, também conhecido como Forte da Malveira, localiza-se na freguesia da Malveira, no concelho de Mafra, com as coordenadas 38°56'08.8"N, 9°15'17.9"W. A área onde se situa caracteriza-se por ter uma zona residencial e zonas de floresta. Esta fortificação encontrava-se implantada no vale de Baralhos e unia forças com o Forte do Cabeço Velho – Obra Militar nº 67 –, na ala esquerda da posição militar de Montachique (Figura 6). O acesso a esta obra militar é realizado através de um arruamento com o nome de *Rua do Forte*. É ainda importante referir que o Forte da Feira se encontra inserido na 2ª Linha defensiva, no núcleo com o maior número de obras militares que assegurariam a defesa das estradas de Torres Vedras-Lisboa e Mafra-Lisboa (LOBO, 2015: 145; SOUSA e MIRANDA, 2010: 4).

O primeiro trabalho levado a cabo nesta obra militar, ainda antes do Projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres, foi executado no ano de 2002 onde foi realizado um rastreio por parte do Gabinete de Arqueologia em que ficou registada a presença de uma área de floresta em torno da obra militar. Ao mesmo tempo, também se registou a utilização do sítio arqueológico como local de despejo de entulho. Assim, nesta primeira fase foi realizado o corte da vegetação, a colocação de vedação e acesso, e a colocação de sinalética explicativa (SOUSA e MIRANDA, 2010: 8).

Esta obra militar apresenta uma planta em forma de estrela, denotando-se uma planta de tipologia Vauban (SOUSA e MIRANDA, 2010: 4). É possível compreender esta realidade através das plantas desenhadas por Brandão de Sousa, em que o Forte da Feira assume uma planta em forma de estrela com seis pontas e com sete lados (Figura 7).

A entrada do Forte da Feira, localizada a Oeste, teria um acesso que seria realizado através de uma ponte construída em madeira. Além disso, o acesso ao interior da fortificação também se encontrava protegido por uma entrada em cotovelo, desenvolvido com a construção de duas estruturas de terra ligadas ao reparo e protegidas por uma paliçada. Por sua vez, o interior desta obra militar continha um paiol, três traveses e seis canhoneiras (SOUSA e MIRANDA, 2010: 5).

No que concerne às técnicas de construção, o Forte da Feira apresentava uma estrutura construída em terra e rocha escavada. Deve sublinhar que, através das intervenções arqueológicas, foi possível identificar as áreas com muralha que sustentavam as canhoneiras (SOUSA e MIRANDA, 2010: 5).

No ano de 2010 o Forte da Feira foi intervencionado, com escavações em cinco sectores. Os trabalhos tiveram a orientação científica da Professora Doutora Ana Catarina Sousa e da Dra. Marta Miranda, arqueólogas da Câmara Municipal de Maфра.

É importante referir que todos os sectores intervencionados foram orientados com uma quadrícula de 2 m² de comprimento por 2 m² de largura, com orientação Norte-Sul. No total foram escavados cerca de 232 m² (SOUSA e MIRANDA, 2010: 9).

Inicialmente, no fosso do Forte da Feira – sector 4 – foi necessário remover o coberto vegetal e o entulho. Assim, intervenção baseou-se na abertura de uma sondagem com meios mecânicos, tendo-se escavado cerca de 36 m², e em trabalhos de escavação manual junto às estruturas. Estes trabalhos possibilitaram a identificação de uma profundidade relativa de cerca de 3,5 m e a presença de um afloramento rochoso afeiçoado. A estrutura do fosso apresentava um perfil em “U” e o sedimento que a preenchia não permitiu a identificação de vestígios de paliçada. (SOUSA e MIRANDA, 2010: 29-30).

Por sua vez, a entrada do Forte da Feira – sector 1 –, localizada a Oeste, também foi intervenionada. Neste sector foram recolhidos três barrotes e uma tábua de madeira

que foram, posteriormente, analisados em laboratório. Após a análise laboratorial os fragmentos de madeira foram identificados como pinheiro-bravo (SOUSA e MIRANDA, 2010: 14; QUEIROZ, 2010: 3). Desta forma, é possível que o acesso à obra militar se fizesse por via de uma ponte de madeira. Esta suposição é sustentada ainda pelos materiais metálicos recolhidos, como cavilhas e pregos (Figura 27). A identificação deste tipo de material neste sector pode estar associada com as madeiras registadas. Relacionando ambos os dados é possível que a tábua fizesse parte da ponte que se encontrava na entrada do Forte da Feira.

Ainda neste sector foi identificada uma paliçada que seria composta por dez componentes que se encontravam unidos entre si. Além disso foi também identificada uma tábua que pode indicar um sistema de travamento. Ambas as estruturas, a paliçada e a vala, contornavam um través sugerindo que estas duas últimas estruturas poderiam estar associadas uma à outra, compondo, assim, uma protecção interna da estrutura (SOUSA e MIRANDA, 2010: 11-14).

A canhoneira 1 – sector 2 – encontrava-se localizada junto ao vértice de uma das pontas. Esta área foi integralmente escavada – cerca de 44 m² –, tendo-se conseguido delimitar as estruturas que se integravam na utilização da canhoneira. Assim, foi possível compreender três tipos de estruturas. Primeiramente foi identificado um reparo que não possuía evidências à superfície e que a documentação não indicava. Neste sector foram registadas muralhas de pedra que estruturavam as laterais da canhoneira. Este material pétreo foi identificado como sendo arenito de pequena e média dimensão. Mesmo que a área intervencionada se tivesse restringido à área da canhoneira, na face Norte percebeu-se o desaparecimento da muralha. Em segundo lugar foi identificada a plataforma, com um muro de contenção e oito fileiras pétreas com uma forma trapezoidal. Durante a intervenção nesta área foram detectados vestígios de um estrado em madeira – UE 225 – junto ao parapeito. Por fim, foi identificada a abertura da canhoneira. Nesta abertura, na face interna da canhoneira, pode detectar-se a presença de uma área aberta sem travamento. Na zona junto aos muros pode compreender-se a presença de um sedimento cinzento, podendo corresponder à fixação em terra da boca-de-fogo (SOUSA e MIRANDA, 2010: 16-22).

Já na canhoneira 2 – sector 5 –, foi realizada uma sondagem na zona frontal, onde foram escavados cerca de 32 m². Nestes trabalhos foram registados o parapeito

frontal e um troço de dois muros laterais. Ao contrário do que se detectou na canhoneira 1, localizada junto aos vértices, os muros laterais da canhoneira 2 não vão de encontro ao perímetro do reparo. Ao invés disso, os muros laterais encontram-se cobertos pela taipa que também foi utilizada no reparo. À semelhança da canhoneira 1, esta estrutura também apresentava uma abertura com presença de sedimento fino e de uma estrutura mista de areão e terra (SOUSA e MIRANDA, 2010: 33-35).

Relativamente aos traveses – sector 1 –, foram intervencionados dois localizados junto à entrada. Estes traveses apresentavam uma forma em cotovelo para proteger a entrada, sendo ambos compostos por terra. O través interno – UE 101 – permitiu registar um núcleo composto por material pétreo de pequena e média dimensão. Por sua vez, o través externo – UE 102 –, permitiu detectar uma técnica construtiva mais complexa, com a presença de uma paliçada apoiada numa vala (SOUSA e MIRANDA, 2010: 11-14).

O paiol – sector 3 na intervenção arqueológica – encontrava-se localizado na área central da obra militar. A decapagem do terreno possibilitou a identificação de duas unidades estruturais. Uma situava-se no topo, correspondendo à cobertura da estrutura, e a outra encontrava-se na base, fazendo parte do alicerce. Depois de terem sido escavados cerca de 36 m² pode compreender-se que a estrutura tinha uma base em forma rectangular e era composta por material pétreo. Já na entrada do paiol encontravam-se encostadas estruturas em terra compostas por argamassa e outros elementos. A base das paredes da estrutura apresentava uma área rebaixada, que poderia indicar a existência de um encaixe para a colocação de uma cobertura em madeira. Esta cobertura possuía uma forma de um trapézio rectangular (SOUSA e MIRANDA, 2010: 23-26). Neste sector foi recolhido um elevado número de materiais metálicos, nomeadamente cavilhas (Figura 27). Estes materiais podem encontrar-se associados à construção do paiol. Todavia, poderiam também apenas estar armazenados dentro da estrutura. A segunda possibilidade parece ser a mais correcta, já que o paiol tinha a função de armazenar o material militar, mas também todos os materiais necessários para a reparação do forte em caso de necessidade.

Relativamente ao material cerâmico do Forte da Feira, recolhido nos sectores 1, 2, 3, 5 e 6, foi possível balizar uma cronologia compreendida entre os períodos Moderno e Contemporâneo. Assim, detectaram-se quatro tipologias diferentes. Do ponto de vista

tipológico foram identificadas cerâmica comum (49%), cerâmica vidrada (37%), porcelana (11%) e faiança (3%) (Gráfico 4).

Através do estudo dos materiais pode registar-se formas como pratos, tigelas, panelas, tachos, talhas, alguidares, púcaros e copos, assim como um vaso/cântaro (Gráfico 5).

A maioria dos fragmentos cerâmicos registados apresentam uma tonalidade alaranjada, demonstrando, tal como no caso do Forte do Zambujal, uma cozedura em ambiente oxidante (Gráfico 6). Relativamente aos elementos não plásticos foi possível registar apenas uma pequena quantidade, sendo perceptível que as pastas se caracterizam por serem bastante depuradas.

Dentro do estudo deste espólio foram registados, maioritariamente, bojos e bordos de cerâmica. Os bordos apresentam espessuras compreendidas entre os 0,1 e 1,5 cm, consoante a tipologia da peça cerâmica. Assim, os pratos apresentam bordos com espessuras entre os 0,1 e 0,3 cm; as tigelas entre os 0,2 e 0,9 cm; as panelas entre os 0,7 e 1,5 cm; os tachos entre os 0,4 e 1 cm; e os alguidares cerca de 0,5 cm.

6.3. Forte de São Vicente (obras militares nº 20, 21 e 22)

O Forte de São Vicente – Obras Militares nº 20, 21 e 22 – localiza-se na freguesia de São Pedro e Santiago, no concelho de Torres Vedras, com as coordenadas 39°06'01.8"N, 9°15'56.1"W. Do ponto de vista topográfico, a fortificação encontra-se localizada no topo da paleo-arriba do rio Sizandro, implantando-se na zona Oeste correspondente entre a Vala dos Animais e o curso de água. Junto ao Forte de São Vicente encontram-se ainda o Forte de Olheiros – Obra Militar nº 23 –, a Oeste, e o Forte da Forca – Obra Militar nº 24 –, a Este (Figura 8) (PIRES, 2010: 6; JACINTO, 2011: 8).

O Forte de São Vicente apresenta uma planta com um traçado poligonal e é composto por três redutos de pequena dimensão – Redutos nº 20, 21 e 22 – que se ligam à praça de armas. No interior desta fortificação, para além de se encontrarem as típicas estruturas deste tipo de obras militares como, por exemplo, os traveses, encontravam-se também moinhos (Figura 9). Estes moinhos eram utilizados como paióis, pontos de

vigilância ou depósitos de água. É ainda de mencionar que também foi detectada uma capela, provavelmente datada do século XII (JACINTO: 10; LOBO, 2015: 127).

Tendo em consideração a planta é desde já possível compreender que esta fortificação era uma das mais importantes obras militares que compunham a 2ª Linha defensiva, assim como todo o complexo sistema defensivo das Linhas de Torres.

O Forte de São Vicente possuía duas entradas. A entrada principal encontrava-se situada a Este do Reduto nº 20 e a entrada secundária encontrava-se localizada a Sudoeste entre os Redutos nº 21 e 22. A entrada secundária, muito provavelmente, funcionaria como uma saída de emergência em caso de derrota e queda da fortificação (LOBO, 2015: 129).

No ano de 2010 foram realizadas duas campanhas arqueológicas no Forte de São Vicente. A primeira campanha arqueológica realizou-se entre Janeiro e Fevereiro, e a segunda realizou-se no mês de Agosto, com a coordenação por parte do conservador-restaurador Pedro Braga.

Na primeira campanha de 2010 foram realizadas quatro sondagens.

Na sondagem 1 foi identificado um piso de ladrilho cerâmico – unidade estratigráfica 100 –, um piso de cimento – unidade estratigráfica 101 – e um aterro de cascalho – unidade estratigráfica 102. Após a remoção destes três níveis estratigráficos foi registado um depósito composto por um sedimento argilo-arenoso, onde se incluía cerâmica de construção e comum, que cobria duas estruturas pétreas – unidades estratigráficas 104 e 105 – que correspondem a uma fase mais antiga da Casa do Guarda, assim como um depósito. Por baixo da última e junto às estruturas de parede foi detectado um depósito argilo-arenoso – unidade estratigráfica 107 –, bem como cerâmica, que cobria um outro depósito argiloso – unidade estratigráfica 108 (PIRES, 2010: 10-11).

Na sondagem 2 foi identificado um piso de betonilha de cimento – unidade estratigráfica 200 –, uma estrutura de degrau em cimento – unidade estratigráfica 201 – e um caniço de betonilha de cimento – unidade estratigráfica 202. Depois da remoção das estruturas foram identificados dois depósitos. Um depósito composto por um sedimento areno-argiloso – unidade estratigráfica 203 – e outro composto por um sedimento arenoso – unidade estratigráfica 206 (PIRES, 2010: 11-12).

Na sondagem 3 foi identificado um piso de ladrilho cerâmico – unidade estratigráfica 300 –, um piso de betonilha de cimento – unidade estratigráfica 301 – e um aterro de cascalho – unidade estratigráfica 302. Após a remoção destes três níveis estratigráficos foi verificado um depósito composto por sedimento argilo-arenoso – unidade estratigráfica 303 –, onde se incluía cerâmica. Por fim, por baixo do último depósito detectou-se a presença de um outro com a mesma composição – unidade estratigráfica 304 (PIRES, 2010: 12-14).

Na sondagem 4 foi identificado um piso composto por uma betonilha de cimento – unidade estratigráfica 400. Com o decorrer dos trabalhos foi detectado um depósito de aterro composto por um sedimento areno-argiloso – unidade estratigráfica 402 –, onde se incluíam muitos entulhos. Já na unidade estratigráfica 404 foi identificado um depósito, junto do edifício, composto por um sedimento argilo-arenoso, onde se incluía cerâmica. Através da remoção deste depósito verificou-se a existência de uma calçada – unidade estratigráfica 405 –, composta por pedra calcária, arenito e cerâmica. No limite Sul da calçada foi identificada uma área com carvões – unidade estratigráfica 407 – e uma estrutura de madeira – unidade estratigráfica 408 (PIRES, 2010: 15-16).

Nas sondagens 1, 2, 3 e 4 foram recolhidos materiais metálicos. Ao longo dos estudos destes materiais foram identificados pregos, cavilhas e um puxador de porta. Estes materiais encontram-se, muito provavelmente, associados às várias fases da Casa do Guarda.

No ano de 2011 foi realizada uma nova campanha arqueológica no Forte de São Vicente. Os trabalhos foram coordenados sob a orientação científica da arqueóloga Maria João Jacinto.

O Reduto nº 20 encontrava-se localizado no extremo Sul do Forte de São Vicente e possuía traveses, parapeitos, escarpas, canhoneiras e dois moinhos. Relativamente aos traveses é de sublinhar que estas estruturas eram compostas por elementos pétreos de média dimensão na sua base para conferir uma maior estabilidade à estrutura. Já em relação aos moinhos é importante referir que estes foram adaptados a paíóis (JACINTO, 2011: 14; LOBO, 2015: 129). Dentro deste reduto, a artilharia tinha como principal objectivo abater qualquer hostilidade vinda de Peniche, Vimeiro e Runa, dando e recebendo apoio do Forte de Olheiros – Obra Militar nº 23 –, do Forte

Outeiro da Forca – Obra Militar nº 24 – e do Forte de São João – Obra Militar nº 25 (LOBO, 2015: 129).

É ainda de mencionar que o Reduto nº 20 apresentava uma grande dispersão cronológica no que concerne ao material arqueológico entre os períodos Moderno e Contemporâneo. Esta situação deve-se, muito provavelmente à proximidade deste reduto à capela.

O Reduto nº 21 localiza-se na zona Sudoeste do Forte de São Vicente e possuía traveses, parapeitos, escarpas e canhoneiras. Este era o reduto mais pequeno desta fortificação e não possuía qualquer moinho. Os traveses deste reduto eram constituídos por elementos pétreos de média dimensão na sua base para conferir uma maior estabilidade à estrutura (JACINTO, 2011: 15).

Por sua vez, o Reduto nº 22 localizava-se no extremo Oeste do Forte de São Vicente e possuía traveses, parapeitos, escarpas, canhoneiras e um moinho. Tal como se compreendeu nos redutos nº 20 e 21, os traveses do Reduto nº 22 também eram compostos por elementos pétreos de média dimensão na sua base. Relativamente ao moinho, este foi adaptado a paiol (JACINTO, 2011: 16; LOBO, 2015: 129).

Em relação ao fosso percebeu-se que a sua construção implicou a sobreposição de quatro níveis diferentes de entulho – unidades estratigráficas 200, 201, 202 e 203. Assim, o fosso apresentava características argilo-arenosas, compactadas com um elevado número de blocos de calcário de dimensões grandes. Vale sublinhar que as pedras de calcário tinham apenas a função de conferir estabilidade à estrutura do fosso (JACINTO, 2011: 20).

A primeira fase construtiva da casa do Guarda identificou-se pelo aparelho composto por blocos de calcário, de pequena e média dimensão, não afeixados, que se ligavam com argila compactada. No canto Nordeste desta estrutura registou-se um cunhal de reforço composto por blocos de calcário com formas rectangulares e quadrangulares, ligados com a mesma argila que se verificou no aparelho. É de sublinhar que o reforço identificado poderá indicar uma estrutura de apoio de uma antiga escadaria (JACINTO, 2011: 23-24).

A segunda fase construtiva estava associada a um restauro que fora realizado ao aparelho original. Para este restauro recorreu-se a blocos de calcário de pequena e

média dimensão, ligados com argamassa composta por areia e cal. Este restauro realizado focou-se nos cunhais da estrutura e poderia, muito provavelmente, estar associado a um reforço estrutural. Nesta fase também se registou a existência de uma calçada que poderia corresponder a um percurso que daria acesso ao lado exterior da muralha. Esta calçada era composta por lajes de calcário com blocos ligados por uma composição argilosa-arenosa (JACINTO, 2011: 24-25).

A terceira fase de construção da casa do Guarda foi detectada através das alterações levadas a cabo com tijolo industrial e cimento Portland. Nestas alterações foram fechados, em todas as fachadas, oito vãos de entrada, ficando apenas um vão na fachada a Oeste e dois na fachada a Este. Para além dos fechos dos vãos, foi também realizada uma ampliação da estrutura, tendo subsistido apenas o pavimento em ladrinhos ligados com cimento Portland, da cozinha, e um piso em cimento pertencente à brita industrial. A antiga casa do Guarda permitiu compreender três fases de ocupação diferentes, tendo-se também concluído que cerca de 65% dos paramentos originais se mantiveram, que as duas primeiras fases de remodelação não afectaram no que diz respeito ao seu traçado original (JACINTO, 2011: 25-26).

A análise parietal, não permitiu estabelecer cronologias para as duas primeiras fases, devido à falta de dados cronológicos suficientes para esta apuração. Todavia, as intervenções de diagnóstico realizadas em 2010 permitiram, através do espólio recolhido, registar uma ocupação compreendida entre os séculos XVIII e XIX, não se tendo recolhido elementos construtivos que datem do período da Guerra Peninsular (JACINTO, 2011: 26-27).

No que concerne aos materiais cerâmicos do Forte de São Vicente, recolhido em todos os sectores da escavação arqueológica, foi possível registar uma cronologia compreendida entre os períodos Moderno e Contemporâneo, com diferentes tipologias e formas.

Do ponto de vista tipológico, registaram-se cerâmica comum (68%), cerâmica vidrada (25%) e cerâmica esmaltada (7%) (Gráfico 7). Por sua vez, os materiais apresentam formas como tigelas, pratos, panelas, alguidares, potes e talhas (Gráfico 8).

As pastas cerâmicas apresentam, na sua vasta maioria, uma tonalidade alaranjada, sendo possível compreender uma cozedura em ambiente oxidante (Gráfico

9). Relativamente aos elementos não plásticos, são perceptíveis elementos de pequena e média dimensão, nomeadamente de quartzo e mica.

Entre o espólio cerâmico registaram-se fragmentos correspondentes a bojos e bordos. Através do estudo dos bordos foi possível registar espessuras compreendidas entre 0,3 e 1,2 cm. Desta forma, as tigelas apresentam bordos com uma espessura compreendida entre os 0,4 e 1 cm; os pratos entre 0,3 e 0,4 cm; as panelas entre 0,5 e 1,2 cm; e os alguidares entre 0,3 e 0,5 cm.

6.4.Forte de Olheiros (obra militar nº 23)

O Forte de Olheiros – Obra Militar nº 23 –, também denominado como Forte do Canudo, localiza-se no topo de um cabeço sobranceiro, no concelho de Torres Vedras, com as coordenadas 39°06'12.0"N 9°16'13.4"W (Figura 8). Esta fortificação fazia parte do centro da posição defensiva do concelho de Torres Vedras. Relativamente à morfologia geológica do terreno, o Forte de Olheiros encontra-se localizado numa área de jazigos de vegetais fósseis e falhas geológicas, sendo esta zona caracterizada pelo Grés de Torres Vedras (JACINTO, 2011: 5; LOBO, 2015: 127).

No ano de 2011 foram realizadas intervenções arqueológicas no Forte de Olheiros, sob a orientação científica da arqueóloga Maria João Jacinto.

No Forte de Olheiros foram realizadas quatro sondagens arqueológicas no ano de 2011. Foram realizadas duas sondagens para determinar a metodologia construtiva da obra militar e a sua planta original, uma dentro do fosso para apurar a profundidade e a sequência estratigráfica desta estrutura, e uma última sondagem foi realizada no interior do moinho para compreender a funcionalidade desta estrutura enquanto paiol (JACINTO, 2011: 9).

Na sondagem 1 foi possível detectar um depósito compacto e muito homogéneo que cobria directamente o substrato rochoso de calcário. Dentro deste depósito não foi registado qualquer vestígio de materiais arqueológicos (JACINTO, 2011: 10).

Na sondagem 2 foi, inicialmente, demarcada uma área com 12,25 m², que abrangia tanto o interior como o exterior do moinho. Através desta sondagem foi possível compreender duas fases diferentes para a utilização desta fortificação. A

primeira fase que foi identificada correspondeu aos poucos restos que se conservavam do moinho original. Estes vestígios encontravam-se logo abaixo do piso de ocupação do moinho actual. Tendo em consideração que esta estrutura já se encontrava num avançado estado de degradação, não foi de todo, possível identificar a tipologia construtiva, nem o diâmetro real da estrutura. Na tentativa de se perceber se a estrutura conservava vestígios noutros locais, foi efectuado um alargamento da sondagem de 10,27 m². A segunda fase de ocupação desta estrutura correspondeu aos trabalhos de remodelação realizados no século XX. A construção do moinho actual implicou, tendo em consideração os dados apurados nesta sondagem, a destruição de grande parte do moinho original. Esta destruição tornou-se mais perceptível a partir da existência de rasgos de máquina retro-escavadora na maioria da área que foi intervencionada. Foi ainda identificado um pequeno derrube associado a estes rasgos, pertencente, muito provavelmente, à demolição da estrutura que compunha o moinho original. Deste derrube foi também recolhida uma estaca em ferro maciço usada para a montagem de tendas do exército que remodelou o Forte de Olheiros nos anos 50 do século XX (JACINTO, 2011: 11-14).

A sondagem 4 foi implantada numa das canhoneiras do Forte de Olheiros com o objectivo de aferir a cronologia e a metodologia construtiva da estrutura. Através desta sondagem foram possíveis detectar duas fases de ocupação. A primeira fase correspondeu à construção original da obra militar, no século XIX. Esta fase foi identificada através do corte original da canhoneira que foi construída directamente no substrato rochoso. É importante sublinhar que, para esta fase, não foram registados quaisquer materiais arqueológicos. A segunda fase de ocupação correspondeu aos trabalhos de remodelação dos anos 50 do século XX, coordenados pelo Coronel Baptista. Através da realização desta sondagem, houve a possibilidade de identificar vestígios dos taipais usados na reconstrução das canhoneiras, realidade que se veio, mais tarde, a detectar nas restantes canhoneiras da fortificação. Estes taipais encontravam-se numa pequena vala que foi feita na base da canhoneira e correspondia ao traçado original da estrutura. É importante sublinhar que este taipais foram registados tanto na base como no perfil da estrutura, indicando que não terão sido removidos aquando da reconstrução das estruturas. Os taipais utilizados serviam para fixar depósitos que se localizavam nas paredes laterais da estrutura. Os depósitos

caracterizavam-se por serem moderadamente heterogéneos e compactos, tendo alguns restos de entulho. Por fim, é importante mencionar que, na base da canhoneira foi identificada uma canalização que correspondia ao sistema de drenagem da estrutura (JACINTO, 2011: 15-19).

A sondagem 5 foi implantada noutra canhoneira do Forte de Olheiros. A realidade estratigráfica identificada nesta sondagem correspondeu, de uma forma geral, à registada anteriormente na sondagem 4. A primeira fase correspondeu à construção original da fortificação, no século XIX, que foi identificada através do corte original da canhoneira. Por sua vez, a segunda fase correspondeu ao período de reconstrução dos anos 50, do século XX. Desta forma, como na sondagem anteriormente mencionada, na sondagem 5 também foram identificados restos dos taipais, usados na reconstrução da canhoneira, tanto na sua base como no seu perfil. Assim como os taipais da sondagem 4, estes também serviam para fixar depósitos nas laterais da estrutura. Possuíam uma característica moderadamente heterogénea e eram muito compactados, com restos de entulho. Por fim, nesta canhoneira, tal como na anteriormente apresentada, também foi identificada uma canalização correspondente a um sistema de drenagem (JACINTO, 2011: 19-23).

Nas intervenções realizadas no Forte de Olheiros não foram recolhidos quaisquer materiais arqueológicos.

6.5. Forte do Alqueidão (obra militar nº 14)

O Forte do Alqueidão – Obra Militar nº 14 –, também conhecido como Forte Grande, encontra-se localizado na freguesia de Santo Quintino, no concelho do Sobral de Monte Agraço, com as coordenadas 38°59'13.6"N 9°09'03.3"W (Figura 10). Esta fortificação encontra-se situada a cerca de 2 km a Sul da vila do Sobral de Monte Agraço, estando implantado a cerca de 439 m de altitude. Além disso, o Forte do Alqueidão é uma das maiores obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres, ocupando cerca de 3,64 hectares da área do topo da Serra do Olmeiro (LOBO, 2015: 119; ROCHA e LOPES, 2008: 5; ROCHA e LOPES, 2009: 5-6; ROCHA, 2010: 3-4; ROCHA, 2011: 3-4).

Tendo em consideração a sua área de implantação tanto do ponto de vista da altitude quanto do ponto de vista espacial, é possível aferir que esta fortificação era uma das mais preponderantes para a defesa do território em caso de ataque iminente. Por um lado, dada a sua dimensão pode compreender-se que o Forte do Alqueidão possuía um elevado poder de fogo, por outro, considerando a altitude em que a fortificação foi implantada, é possível aferir que esta obra militar detinha um enorme controlo do território ao seu redor, ligando-se, inclusivamente, com outras fortificações.

O Forte do Alqueidão apresenta uma planta um pouco diferente do que é habitual observar neste tipo de construções militares. Assim, esta fortificação possui uma planta com uma forma alongada irregular, sendo aproximadamente piriforme. Além disso, a planta é mais larga na metade meridional e é composta por troços rectilíneos separados apenas por um conjunto de arestas vivas onde é possível perceber uma grande variação angular (Figura 11). É através da planta que se pode compreender melhor a importância da orografia pré-existente no local de implantação da fortificação, que acabou por definir o plano arquitectónico da construção (LOBO, 2015: 119-121; ROCHA e LOPES, 2008: 6; ROCHA e LOPES, 2009: 6).

Pode então afirmar-se que a planta do Forte do Alqueidão é, muito provavelmente, uma das obras militares que melhor serve para compreender a adaptação das plantas, desenhadas em secretária, no terreno. Assim se comprova que as plantas que eram desenhadas antes da construção, muitas vezes plantas com forma em estrela, muito em voga naquele período, nem sempre poderiam ser implantadas no terreno, sendo sempre necessário recorrer a adaptações. Todavia, é importante lembrar que estas fortificações são para períodos de campanha específicos, sendo, claro está, efémeras. Desta forma, a necessidade de se adaptar as plantas originais no terreno não causava tantos problemas como causariam no caso de se estar a implantar fortificações que durassem para a posterioridade do conflito.

O fosso do Forte do Alqueidão é definido no limite externo da fortificação. Esta estrutura caracterizava-se por ter uma profundidade acentuada, chegando ao substrato geológico, e por ser assimétrico. Além disso, o talude interno é mais alto que o talude externo e encontrava-se reforçado por troços de pedra em alguns dos seus pontos (ROCHA e LOPES, 2008: 6).

Por sua vez, o acesso ao interior era efectuado por três entradas na zona Sul da obra militar. A existência de três entradas justifica-se devido à necessidade de se precaver uma retirada da guarnição militar em caso de desaire no conflito (ROCHA e LOPES, 2008: 6).

Esta realidade não é de estranhar, já que também se denota no Forte de São Vicente, que possui uma entrada principal e uma entrada secundária. Desta forma, percebe-se que, aquando da construção das fortificações do sistema defensivo das Linhas de Torres, houve o cuidado de se ponderar um eventual recuo das tropas.

No interior do Forte do Alqueidão as construções militares focaram-se, principalmente, na área Sudeste. Ao todo estão presentes três redutos de pequena dimensão, junto ao limite Sul do fosso externo e que controlavam as duas zonas de passagem para o exterior, cinco paióis, inúmeras estruturas de canhoneiras nos taludes a Nordeste e Sudoeste, um poço e um edifício ortogonal, o Quartel do Governador (ROCHA e LOPES, 2008: 6).

Através das inúmeras construções identificadas compreende-se a importância do Forte do Alqueidão. O facto desta fortificação possuir cinco paióis demonstra efectivamente o poder de fogo que esta obra militar possuía. Pode ainda dizer-se que, muito possivelmente, o Forte do Alqueidão seria um dos pontos mais seguros da 1ª Linha do sistema defensivo.

Entre os anos de 2008 e 2011 o Forte do Alqueidão teve quatro intervenções arqueológicas. Todas as intervenções tiveram a coordenação científica do arqueólogo Artur Rocha.

O fosso – sondagem 6 (constituída por rectângulo de 10 m de comprimento por 2 m de largura, com orientação Norte-Sul) – apresentou 3 diferentes áreas. Para que fosse possível obter um corte transversal preciso, a sondagem foi disposta perpendicularmente ao traçado do fosso. A estratigrafia revelou não ter muito potencial, tendo-se apenas unidades estratigráficas relativas à construção e utilização da estrutura, e relativas à sedimentação, após o abandono do Forte do Alqueidão. A primeira área, localizada a Norte da estrutura, correspondente à plataforma de circulação do lado interno da fortificação. A segunda área foi identificada num corte de perfil em “V” efectuado no substrato geológico. Por fim, na terceira área, localizada a Sul do fosso,

foi registada a plataforma do reduto. Esta área demonstrava um desnível, entre 1,5 e 2 m, entre a plataforma e o exterior do fosso (ROCHA e LOPES, 2008: 48).

As estruturas da plataforma e da canhoneira – sondagens 4 e 5 – foram identificadas junto ao talude Norte do Forte do Alqueidão (ROCHA e LOPES, 2008: 39).

A sondagem 4 implantou-se numa área de grande depressão e onde não existiam dados de superfície. A sondagem era delimitada, em teoria, por um rectângulo de 4 m de comprimento por 3 m de largura, com orientação Nordeste-Sudoeste. Contudo, a área de escavação desta sondagem pode ter sido menor devido à irregularidade do terreno. A estratigrafia da sondagem revelou ter pouco potencial, sendo composta por um estrato correspondente à estrutura das canhoneiras e por um estrato superficial de abandono. Por fim, na sondagem 4 apenas foi possível registar uma plataforma de pequena dimensão, junto ao limite do talude. Esta plataforma era constituída por argamassa e tinha uma planta e secção rectangulares (ROCHA e LOPES, 2008: 39).

A sondagem 5 implantou-se numa área de grande depressão e onde não existiam dados de superfície, tendo sido estabelecida a 8,5 m da sondagem 4. A sondagem era delimitada, em teoria, por um rectângulo de 4,2 m de comprimento por 4 m de largura, com orientação Nordeste-Sudoeste. Contudo, tal como no caso da sondagem 4, a área de escavação desta sondagem pode ter sido menor devido à irregularidade que o terreno apresentava. A estratigrafia desta sondagem, a par da anterior, revelou ter pouco potencial, sendo composta por um estrato correspondente à estrutura das canhoneiras e por um estrato superficial de abandono. Na sondagem 5 foi identificada uma estrutura de canhoneira composta por duas bancadas de argamassa com cerca de 0,2 m de altura separadas por uma abertura de 0,5 m. A drenagem da área interior do Forte do Alqueidão era realizada através de uma vala existente entre as duas plataformas de argamassa. No interior desta estrutura foram identificados quatro sulcos alongados, equidistantes e perpendiculares à canhoneira. É ainda de sublinhar que nesta sondagem foi detectado um grande conjunto de elementos metálicos (ROCHA e LOPES, 2008: 42-47).

Nesta sondagem foram identificados fragmentos de um prego e duas cavilhas. A existência deste tipo de material metálico nesta sondagem é coerente, já que se trata

de uma estrutura de canhoneira que pode ter associada a si uma plataforma de tiro de artilharia, como já mencionado para o Fortes do Zambujal e da Feira.

As 2 canhoneiras – sondagem 7 – foram identificadas junto à área de entrada do Forte do Alqueidão. Esta área abrangia uma parcela dos traveses e a área plana no interior da fortificação (ROCHA, 2011: 7).

A estratigrafia identificada nesta sondagem caracterizou-se por ser simples e linear, sendo constituída por uma camada superficial que cobria as interfaces de destruição das estruturas da obra militar. Esta camada superficial estendia-se desde o período do século XIX até à actualidade. No que concerne à estratigrafia conservada, a primeira evidência identificada correspondeu às estruturas que estavam associadas ao período de ocupação do Forte do Alqueidão dentro da primeira metade do século XIX. Assim, dentro desta estratigrafia, foram detectadas duas estruturas de canhoneira e um conjunto de estruturas sedimentares associadas às primeiras (ROCHA, 2011: 7-8).

As plantas das 2 canhoneiras eram constituídas por duas plataformas de forma trapezoidal que se uniam pelo lado menor. A primeira plataforma, localizada numa cota mais baixa e de maior dimensão, apresentava uma base plana composta por material pétreo, com lajes de arenito afeiçãoadas. Já a segunda plataforma, localizada numa cota mais elevada e de menor dimensão, apresentava uma abertura entre os traveses exteriores que, por sua vez, definiam a escarpa. Apesar das canhoneiras se distinguirem entre si pela composição da sua base, pode afirmar-se que o seu revestimento seria idêntico (ROCHA, 2011: 8).

A estrutura do poço – sondagem 2 – foi identificada na área Norte do Forte do Alqueidão. Assim, a sondagem foi implantada no limite Norte da obra militar, a poucos m do fosso externo. A sondagem era constituída por uma quadrícula de 6 m de lado. Todavia, logo após a remoção da camada superficial, optou-se por reduzir a delimitação da sondagem em 2 m da área efectiva da escavação. Assim, a sondagem 2 foi realizada numa área rectangular de 6 por 4 m, tendo uma orientação Este-Oeste (ROCHA e LOPES, 2008: 24).

De um modo geral, a intervenção arqueológica permitiu identificar a estrutura do poço e uma calçada associada ao mesmo. Foi também possível ainda registar e descrever os estratos relacionados com a destruição e abandono desta construção. É de

salientar que o abandono do poço culminou na destruição das áreas ao seu redor, danificando, assim, a estratigrafia original da estrutura (LOPES e ROCHA, 2008: 24).

A identificação da estrutura do poço no Forte do Alqueidão é uma informação interessante. De todas as intervenções realizadas nas fortificações do sistema defensivo das Linhas de Torres, esta obra militar foi a única onde foi identificado este tipo de estrutura. A sua importância reside principalmente no facto de se compreender melhor os recursos que as guarnições militares tinham ao seu dispor.

O Quartel do Governador – sondagem 8 – foi identificado a Oeste das 2 canhoneiras – sondagem 7. Devido às necessidades de drenagem, a planta desta sondagem, orientada com um eixo Norte-Sul, desenvolveu-se de forma oblíqua relativamente ao local da sondagem 7 (ROCHA, 2010: 8).

A estrutura do Quartel do Governador, encontrava-se localizada na metade Sul do Forte do Alqueidão. A sondagem foi constituída por um rectângulo de 11,2 m de comprimento e 6 m de largura, com orientação Norte-Sul. Todavia, a sondagem foi alargada numa faixa de 4,4 m de comprimento e 1 m de largura com a mesma orientação. Os trabalhos arqueológicos realizados nesta sondagem permitiram identificar duas realidades distintas. Por um lado, foi identificada uma estrutura com uma planta ortogonal, por outro foi identificado um estrato com um conjunto homogéneo de materiais datados da Idade do Ferro. A estrutura tinha uma orientação Sudoeste-Nordeste e era composto por dois compartimentos de planta rectangular. O primeiro compartimento, de menor dimensão, apresentava ainda uma subdivisão em outros dois pequenos compartimentos de planta rectangular. O outro compartimento, a Sul, não apresentava uma subdivisão como o anterior, tendo-se detectado apenas um pequeno acrescento intermédio a Nordeste. Os pisos de ambos os compartimentos eram constituídos por terra batida, sendo que em algumas áreas, o próprio piso foi regularizado com o substrato geológico. Em termos de técnica construtiva, esta estrutura apresentava características diferentes em relação a outras construções em pedra dos paióis, nomeadamente na utilização de telha na cobertura e na maior precariedade do aparelho usado nas paredes que eram constituídas em grande parte por blocos de dolerite ligados com terra em vez de argamassa. Já no exterior da estrutura foram identificadas outras duas estruturas. Uma correspondeu a um muro largo que teria, muito provavelmente, relação com os traveses. A outra estrutura registada no

exterior correspondeu a um piso de terra batida e argamassa onde era realizada, possivelmente, a circulação dentro do Forte do Alqueidão no seu período de ocupação (ROCHA e LOPES, 2008: 53).

No ano seguinte, foi dada continuidade aos trabalhos realizados em 2008 nesta estrutura. A nova intervenção permitiu por um lado, verificar todo o perímetro do Quartel do Governador, por outro identificar as subdivisões internas do edifício. De uma forma geral, o Quartel do Governador apresentava uma planta em forma ortogonal, com cerca de 9,20 m de comprimento por 6,6 m de largura. O interior do edifício apresentava quatro compartimentos divididos de forma assimétrica (ROCHA e LOPES, 2009: 21).

No lado externo do Quartel do Governador foram identificadas quatro realidades diferentes. Primeiramente foi detectada uma estrutura de planta quadrangular constituída por 1 m de lado. Por um lado, esta estrutura poderia fazer parte de um contraforte, por outro poderiam ser os vestígios de um degrau. Em segundo lugar, a Norte, foi identificado um anexo de planta rectangular com orientação Nordeste-Sudoeste, com cerca de 3,5 m de comprimento por 3 m de largura. Na vertente Sudeste, esta estrutura apresentava um paramento com um elevado nível de espessura – cerca de 1 m –, enquanto que a Oeste o anexo ficaria fechado com um través composto por terra intercalada com argamassa. Em terceiro lugar, a Oeste do Quartel do Governador, foi registado um través com uma planta alongada. Esta estrutura possibilitaria a defesa tanto do Quartel do Governador quanto do Anexo. Por fim, foi detectada, a Nordeste, uma estrutura constituída por blocos de pedra com uma orientação Nordeste-Sudoeste (ROCHA e LOPES, 2009: 22-23).

Na intervenção desta estrutura foram identificados fragmentos de telha cerâmica, tendo pastas com um reduzido índice de elementos não plásticos e com um tipo de cozedura oxidante. Tendo em consideração de que nesta sondagem se intervencionou o Quartel do Governador, tal realidade não é de se estranhar. Muito provavelmente esta estrutura terá sido um dos locais onde os comandantes da guarnição do Forte do Alqueidão planeavam e controlavam as operações militares em curso durante a Guerra Peninsular.

Além do material de construção, a sondagem 7 também revelou ter fragmentos de pregos, cavilhas e de uma soldadura de porta. Uma vez mais, tratando-se do Quartel do Governador esta realidade não é de estranhar, já que se trata de uma estrutura central e complexa dentro do Forte do Zambujal.

O través intervencionado – sondagem 8 – localizava-se junto ao Quartel do Governador, no lado Oeste da estrutura. Com o decorrer dos trabalhos arqueológicos foi possível identificar quatro blocos diferentes na estratigrafia do través. Primeiramente, foi detectada a fase prévia à construção do través. Em segundo lugar, identificou-se a estrutura do través e a parede do Quartel do Governador. Em terceiro foi possível observar os depósitos compreendidos entre o través e a parede. Por fim, em quarto lugar, identificou-se o momento de abandono do Forte do Alqueidão (ROCHA, 2010: 8).

Relativamente às técnicas construtivas do través houve a possibilidade de se identificar três fases diferentes no desenvolvimento da estrutura. A primeira fase correspondeu à deposição de duas camadas para nivelar o substrato pré-existente no local. Por sua vez, na segunda fase foi formado o núcleo construído através da deposição alternada de terra humosa. A deposição realizada nesta fase foi realizada dentro de uma estrutura, possivelmente em madeira e de planta rectilínea, para sustentar a construção do través. Por fim, a estrutura de sustentação foi retirada e era encostada uma camada exterior que começava na base do través e terminaria no seu topo (ROCHA, 2010: 9).

O paiol – sondagem 1 –, já se encontrava, em parte, descoberto antes das intervenções arqueológicas. A sondagem foi constituída por um rectângulo de 13 m de comprimento por 2,5 m de largura com a orientação Noroeste-Sudeste e tinha como principal objectivo a análise do estado de conservação das estruturas, assim como a compreensão das suas características arquitectónicas, nomeadamente das técnicas de construção. Desta forma, considerou-se intervencionar o interior e o exterior da estrutura através da montagem de uma quadrícula perpendicular ao eixo maior do paiol (ROCHA e LOPES, 2008: 11).

A área interior do paiol era composta por uma câmara subterrânea de planta rectangular delimitada por paredes de pedra, constituída, principalmente, por calcários

cinzentos, com um aparelho de construção sólida que, originalmente, atingira uma altura superior a 2,5 m. É ainda de sublinhar que a parte inferior desta câmara funcionou abaixo da cota soleira exterior. O acesso era realizado através de um corredor de planta semi-circular, com um pavimento em calçada, na qual se identificou uma placa rectangular que poderia, muito provavelmente, ser a tampa de um sistema de drenagem de água. Os limites do corredor de acesso eram compostos, exteriormente, por um aparelho similar ao modelo que foi utilizado nas estruturas que delimitavam a câmara, e, interiormente, foram aproveitados alguns elementos do afloramento dolerítico *in situ*. (ROCHA e LOPES, 2008: 12).

O facto do corredor ter uma forma circular, demonstra a necessidade de proteger o paiol de eventuais estilhaços provenientes de explosões que poderiam colocar em risco todo o material militar armazenado na estrutura.

A área exterior do paiol caracterizava-se por possuir um grande talude de argamassas e terras compactadas, cuja construção estaria relacionada com a necessidade de minimizar ao máximo os potenciais danos, já que esta era uma estrutura sensível e com um carácter potencialmente explosivo tendo em consideração que era o local onde se armazenavam as munições. O talude encontrava-se encostado, pelo lado exterior, às paredes mais altas do paiol, desde o topo das paredes até à cota soleira. Por sua vez, a base do talude encontrava-se a uma cota mais alta do que o pavimento interior da câmara. Assim, assume-se que a construção deste paiol se iniciou com o corte de estratos pré-existent, passando para a colocação das paredes de pedra na área escavada, sendo concluída com a deposição da estrutura de talude (ROCHA e LOPES, 2008: 12-13).

O facto do talude encostar nas paredes externas do paiol, resulta da necessidade de conferir maior protecção à estrutura que, como anteriormente foi dito, tinha um carácter potencialmente explosivo por ser um local de armazenamento de munições.

Ainda nesta sondagem foi recolhido material identificado como sendo de construção. Após o seu estudo foi possível aferir que se tratavam de fragmentos de telha cerâmica, com pastas com um reduzido índice de elementos não plásticos e com um tipo de cozedura oxidante. O facto da cobertura do paiol ter sido composto por telhas comprova efectivamente a necessidade extrema de se proteger esta estrutura, não

apenas dos estilhaços de explosões a meio do conflito, mas também de possíveis fenómenos naturais como a chuva ou apenas o alto nível de humidade durante os meses mais frios do ano.

Deve ainda mencionar que, no decorrer do estudo também foi identificado um fragmento de madeira proveniente da sondagem 1. Este fragmento de madeira faria, muito possivelmente, parte do soalho de madeira do paiol.

Relativamente ao material metálico foi possível apurar, através do estudo material, a existência de fragmentos de pregos, um fragmento de cavilha e um fragmento de soldadura de porta. Estes materiais acabam por ser interessantes já que pode perceber-se que a cavilha faria parte do suporte do soalho de madeira do paiol e os pregos, muito provavelmente, das prateleiras que existiriam dentro da estrutura e que serviriam para organizar o material militar no período de utilização do Forte do Alqueidão.

A estrutura de outro paiol – sondagem 3 – foi identificada junto ao fosso Norte do Forte do Alqueidão, encontrando-se, e também se encontrava, logo no início dos trabalhos arqueológicos, parcialmente a descoberto. A sondagem foi constituída por um rectângulo de 13,2 m de comprimento por 2 m de largura, com orientação Nordeste-Sudoeste. Ao contrário do que fora constatado o paiol da sondagem 1, as características topográficas e arquitectónicas verificadas nesta estrutura, não têm paralelo em nenhuma outra estrutura do Forte do Alqueidão. As principais diferenças com o paiol identificado na sondagem 1 residem, sobretudo, na planta – dimensão da câmara, traçado e comprimento do corredor de acesso – e no enquadramento da estrutura no relevo. O paiol da sondagem 3 encontrava-se mais junto ao fosso e numa cota mais baixa, quando comparado com o paiol registado na sondagem 1. Além disso, também foi possível observar que a percentagem de matéria-prima utilizada foi diferente. Por exemplo, no caso do paiol da sondagem 3 foi possível perceber que o uso de dolerite foi superior (ROCHA e LOPES, 2008: 27-28).

Do paiol propriamente dito foi identificado o início da câmara subterrânea, que possuía uma planta rectangular e era formada por paredes de pedra ligadas com argamassa. Na base das paredes foram ainda detectados rodapés, que poderão ter servido como suporte para a estrutura de soalho em madeira. O acesso ao interior da

estrutura era efectuado através de um corredor mais comprido e rectilíneo quando comparado com o acesso do paiol identificado na sondagem 1. No entanto, ambos os paióis tinham um acesso que apresentava calçada. No exterior do paiol, a Nordeste, a protecção era assegurada por um maciço de argamassa e terra compactada, paralelo ao maior eixo das estruturas em pedra, tal como fora identificado na sondagem 1 (ROCHA e LOPES, 2008: 28).

A identificação desta realidade no paiol da sondagem 3 reforça a ideia defensiva que tinha sido já observada no paiol da sondagem 1. Desta forma é possível compreender quão sensíveis estas estruturas eram.

A par do material identificado no paiol da sondagem 1, também esta estrutura apresentaria uma cobertura com telhas cerâmicas. Tal como no caso anterior, os fragmentos de telha apresentavam um reduzido índice de elementos não plásticos e com um tipo de cozedura oxidante.

Além do material de construção foi também identificado material metálico, como fragmentos de pregos, de cavilhas e de soldaduras de porta, assim como três botões. Os fragmentos de pregos, cavilhas e soldadura de porta resultam na mesma conclusão retirada da sondagem 1, já que na sondagem 3 a intervenção arqueológica também identificou um paiol. Já os três botões são, possivelmente, das fardas militares. Todavia, não foi possível obter dados concretos acerca desta última informação, pelo que continua a ser apenas uma possibilidade.

Mais tarde, foram continuados trabalhos no paiol da sondagem 3 através do alargamento da área de intervenção. Assim, foi escavada uma área com 23 m de comprimento por 15 m de largura, com orientação Norte-Sul. Só nas intervenções arqueológicas deste ano é que foi possível identificar toda a planta da estrutura. Desta forma, o paiol do Forte do Alqueidão seria constituído por uma câmara subterrânea com uma planta em forma rectangular com 13,2 m de comprimento por 1,8 m de largura e 1,5 m de altura. As paredes que compunham a estrutura da câmara tinham todas um aparelho construtivo similar entre si e ainda apresentavam vestígios do reboco de argamassa. As paredes Sudoeste, Nordeste e Sudeste apresentavam apenas um paramento visível, no lado interno, já que o lado externo se encostava na vala de fundação da estrutura. Por sua vez, a entrada do paiol, a Oeste, apresentava dois

paramentos visíveis, devido ao desnível do terreno. Assim, esta parede apresentava diferenças estruturais em relação às outras três, sendo que se prolongaria para lá da estrutura que compunha a câmara. Foram identificados rodapés no embaseamento das paredes. A existência dos rodapés confirma a colocação de um soalho em madeira na base do paiol. Ainda nos rodapés foi identificada uma abertura no paramento que serviria, muito provavelmente, para a drenagem de águas residuais (ROCHA e LOPES, 2009: 11-13).

Já o acesso à câmara era realizado por dois corredores. A Sudeste o acesso era efectuado por um corredor alongado de planta curvada e com um elevado desnível, tendo maior elevação no exterior e menos elevação no interior da câmara. Por sua vez, a Noroeste o acesso era realizado por uma passagem em “L”. Deve mencionar-se que, nesta área, o topo dos sedimentos pré-existentes aparenta ter sido regularizado para prolongar o espaço de circulação no final da calçada. No que concerne ao aparelho construtivo, ambas as calçadas eram compostas por calcário (ROCHA e LOPES, 2009: 14).

A protecção da câmara subterrânea do paiol e do corredor Este era garantida por um maciço de argamassa e terra compactada localizado a Nordeste. A protecção localizava-se paralelamente ao eixo maior das estruturas em pedra, assim como já fora observado anteriormente no paiol da sondagem 1. Por sua vez, o corredor Oeste tinha um través encostado à sua parede. Contudo, nenhuma das defesas cobria o paiol na sua totalidade, protegendo apenas o paramento exterior. Esta realidade pode explicar-se devido ao desnível de cotas (ROCHA e LOPES, 2009: 14).

Relativamente ao material cerâmico, recolhido em todos os sectores da intervenção arqueológica, foi possível constatar, através do seu estudo, uma cronologia compreendida entre os períodos Moderno e Contemporâneo. Do ponto de vista tipológico, foram identificadas cerâmica comum (91%), cerâmica vidrada (9%) , porcelana e faiança (Gráfico 10).

Apesar do material cerâmico se encontrar num estado muito fragmentado, foi possível identificar pratos, tigelas, alguidares, panelas e tachos (Gráfico 11).

É ainda de salientar que as pastas cerâmicas são, na sua extrema maioria, caracterizadas por terem uma tonalidade alaranjada, demonstrando um tipo de cozedura

em ambiente oxidante (Gráfico 12). Além disso, os fragmentos apresentam um reduzido índice de elementos não plásticos, sendo apenas perceptível micras de muita reduzida dimensão.

Entre o espólio cerâmico registaram-se, na sua esmagadora maioria, fragmentos de bojos e bordos cerâmicos. Através do estudo dos bordos foi possível registar que estes fragmentos têm uma espessura compreendida entre 0,2 e 1 cm. Assim, os pratos têm bordos com uma espessura compreendida entre os 0,2 e 0,8 cm; as tigelas entre 0,4 e 0,6 cm; os alguidares entre 0,5 e 0,8 cm; as panelas entre 0,5 e 1 cm; e os tachos entre 0,7 e 0,9 cm.

6.6. Forte do Simplício (obra militar nº 17)

O Forte do Simplício – Obra Militar nº 17 – localiza-se na freguesia de Santo Quintino, no concelho do Sobral de Monte Agraço, com as coordenadas 38°59'02.8"N 9°09'05.1"W (Figura 10). A fortificação encontra-se a cerca de 2 km a Sul da actual vila do Sobral de Monte Agraço, estando implantada a uma altitude média de 414 m. É de salientar que a obra militar foi implantada no cabeço a Sul do Forte do Alqueidão, distanciando-se a cerca de 250 m (LOBO, 2015: 119; ROCHA, 2011: 3).

Nas intervenções arqueológicas realizadas em 2011, sob a orientação científica do Dr. Artur Rocha, foram efectuadas duas sondagens.

Uma das sondagens – sondagem 2 –, foi implantada no canto Sudeste da plataforma central do Forte do Simplício, numa área referenciada como canhoneira de acordo com a cartografia antiga. Devido à dificuldade em distinguir os micro-relevos e as estruturas desenhadas, houve a necessidade de se delinear um rectângulo com 17 m de comprimento por 12 m de largura. Dadas as circunstâncias, esta sondagem foi montada obliquamente em relação ao limite da obra militar, abrangendo o fosso e uma pequena parcela do exterior da fortificação onde não houve qualquer intervenção arqueológica. Na sondagem 2 foi possível identificar uma canhoneira composta por quatro módulos diferentes. Assim, a estrutura era composta por uma plataforma trapezoidal central – a uma cota relativamente mais baixa –, dois reparos laterais paralelos em relação à estrutura central, e uma estrutura de protecção entre a plataforma central e o fosso exterior, composta por dois traveses assentes num reparo de argamassa.

De um modo geral, a canhoneira era composta por uma plataforma central mais baixa que suportava a peças de artilharia, enquanto que na área frontal teria a protecção de estruturas de madeira e sedimentares (ROCHA, 2011: 8-9).

O paiol – sondagem 1 na intervenção arqueológica – encontrava-se no canto Sudeste da plataforma central do Forte do Simplício, junto ao fosso. Esta área, de acordo com a cartografia antiga, corresponderia a um través. No entanto, de acordo com terreno, a estrutura assemelhava-se a um paiol. Originalmente a sondagem abrangia uma área de 100 m², tendo sido escavada na íntegra na camada superficial, reduzindo-se, num momento posterior, devido ao surgimento de estruturas em pedra. Da mesma forma, no lado Norte da sondagem procedeu-se a um alargamento de cerca de 6 m² para que fosse possível abranger todo o percurso da calçada do corredor correspondente ao paiol. Esta sondagem permitiu identificar três estruturas associadas à ocupação do Forte do Simplício. Assim, foi identificada uma estrutura em pedra correspondente ao paiol e duas estruturas sedimentares correspondentes a um reparo e a um través (ROCHA, 2011: 6-7).

O paiol era composto por uma câmara e por um corredor de acesso. A câmara apresentou o desenho habitual, tendo uma forma rectangular e paredes em pedra, com rodapés nas duas paredes mais compridas. Nesta câmara identificou-se a base de assentamento do soalho em madeira, constituído por argamassa compactada. O corredor de acesso ao paiol apresentava um perfil rectilíneo, sendo composto por uma parede a Este, uma calçada e uma componente sedimentar a Oeste. É ainda de referir que foi registado um dreno com tampa em arenito afeiçoada (ROCHA, 2011: 7).

A identificação do dreno é um dado relevante, já que para além da protecção do paiol com traveses, era também necessário escoar a água da estrutura, tendo em consideração que a pólvora não poderia estar em contacto com humidade.

No limite Oeste do corredor de acesso ao paiol identificou-se um través construído com recurso a terra e argamassa. Por sua vez, no limite Este foi identificado um reparo em argamassa que define o limite da escarpa (ROCHA, 2011: 7).

Desta intervenção arqueológica resultou a recolha de material metálico, cerâmico e de construção.

Relativamente ao material metálico, foi possível compreender a existência de pregos e cavilhas (Figuras 42 e 43). A diferença entre as duas tipologias de material resulta das suas espessuras. Assim, é possível compreender que os materiais metálicos recolhidos poderão estar relacionados com o paiol, identificado na sondagem 1 e com a plataforma junto à canhoneira identificada na sondagem 2.

Em relação ao material de construção foi possível perceber que os fragmentos de argamassa recolhidos serão do paiol. Esta conclusão resulta da identificação de telhas cerâmicas ao longo do processo de estudo dos materiais. É importante sublinhar que este é um dado importante proveniente deste estudo, já que nem todos os paióis eram providos de cobertura em telha.

Por fim, o material cerâmico, recolhido nos sectores 1 e 2, apesar de se encontrar bastante fragmentado, apresenta uma cronologia dispersa entre os períodos Moderno e Contemporâneo. Entre os materiais recolhidos, apenas foram identificadas duas tipologias, cerâmica comum (98%) e cerâmica vidrada (2%) (Gráfico 13). Tendo em consideração a fragmentação em que se encontravam os materiais foi difícil apurar as formas cerâmicas, tendo-se apenas identificado duas tigelas e um tacho (Gráfico 14).

As pastas cerâmicas apresentam, maioritariamente, uma tonalidade alaranjada, podendo perceber-se de que terão tido uma cozedura em ambiente oxidante (Gráfico 15). Além disso, o índice de elementos não plásticos é muito reduzido, apenas se detectando quartzo e mica de pequena dimensão.

Entre do espólio do Forte do Simplício foram registados, maioritariamente, fragmentos de bojos e bordos cerâmicos. Através do estudo dos bordos foi possível registar espessuras compreendidas entre os 0,3 e 0,9 cm. Assim, as tigelas apresentam bordos com uma espessura compreendida entre 0,3 e 0,7 cm; e os tachos entre 0,8 e 0,9 cm.

7. Modelos, arquitectura e técnicas de construção

Após a análise de cada uma das obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres, deve compreender-se a tipologia arquitectónica, assim como as técnicas de construção empregues nas estruturas das fortificações. É importante desde já sublinhar que nenhuma estrutura funcionaria isolada dentro dos fortes.

Estas obras militares tratam-se de fortificações de campanha, isto é, estruturas desenvolvidas no território para cumprir a função defensiva num momento temporal específico, contrariamente ao que acontece ao longo do período Moderno. Tendo esta definição em mente é possível compreender que os materiais utilizados seriam, essencialmente, terra, pedra e madeira. Todos os materiais eram provenientes das áreas próximas ao forte.

Apesar de não terem uma arquitectura e técnicas construtivas tão complexas como fortificações de outros períodos, estas obras militares eram capazes de cumprir a sua missão de defesa. Todavia, tendo em consideração, que a maioria dos fortes eram desenvolvidos em terra, acabavam por se disfarçar na paisagem ao seu redor, garantido, assim, vantagem em relação ao exército inimigo.

Tal como as escavações arqueológicas revelaram, estas fortificações militares eram, na sua larga maioria, desenvolvidas com materiais de fácil e rápida recolha e estabelecimento. Um dos exemplos que melhor demonstra este tipo de construção rápida é a forma e o material com que eram desenvolvidos os fossos e os parapeitos, já que, aquando da construção do fosso, a terra era posteriormente utilizada para o desenvolvimento dos parapeitos, sendo estes depois complementados, com uma linha composta por blocos pétreos que conferiria uma maior consistência à estrutura. Desta forma, os fortes poderiam ser construídos de forma rápida e ocupados de forma eficaz. Além disso, também importa referir que os materiais utilizados eram, na sua maioria, provenientes dos locais em torno da obra militar.

Apesar de todas as obras militares que compõem o sistema defensivo das Linhas de Torres terem sido pensadas e delineadas para o mesmo fim, compreende-se que as fortificações obedecem a diferentes cuidados consoante o local onde se encontram implantadas. Um exemplo desta realidade é a necessidade das obras militares da 1ª Linha defensiva terem uma maior capacidade para receber artilharia pesada, enquanto

que, na 2ª Linha defensiva, se percebe que os fortes foram desenvolvidos em torno de obras militares de menor dimensão, como é o caso de baterias de artilharia avançada.

Assim, também se denotam algumas diferenças em relação aos materiais utilizados em cada obra militar. Na 2ª Linha defensiva compreendem-se fortificações construídas com maior cuidado e rigor, do ponto de vista dos materiais empregues nas estruturas, do que as que compunham a 1ª Linha defensiva. Esta realidade pode ser justificada por dois motivos principais: tempo e necessidade defensiva. Em relação ao primeiro motivo pouco há a referir, sendo que as obras militares do sistema defensivo tiveram de ser construídas num espaço temporal muito curto. Por sua vez, a necessidade de defender Lisboa obrigou a um melhor dispositivo defensivo na 2ª Linha caso o inimigo conseguisse ultrapassar a 1ª Linha. Todavia, também é importante mencionar que o local onde se encontravam implantadas as estruturas militares seria um factor relevante no que concerne à utilização de determinados materiais. Obras militares que ocupassem pontos de destaque a nível geo-estratégico, teriam, muito provavelmente, materiais pétreos mais robustos. Exemplo desta realidade é o Forte do Zambujal, na 2ª Linha defensiva.

Assim, denota-se uma mudança no método de construção das obras militares entre os finais do período Moderno e os inícios do período Contemporâneo. Tratando-se de obras militares de cariz efémero, a maioria dos métodos construtivos utilizados ao longo do período Moderno são deixados de lado, começando a existir um maior pensamento pragmático aquando do desenvolvimento das fortificações. É de sublinhar que tal pragmatismo continuará posteriormente a existir no período da Guerra Civil entre absolutistas e liberais. Dois exemplos deste período são os redutos da Atalaia e da Palhavã em Lisboa que, através da análise de plantas, são, nas suas características, bastantes semelhantes com as obras militares que compõem o sistema defensivo das Linhas de Torres.

A construção desta tipologia de obras militares, que se caracterizam como sendo efémeras, continuou a subsistir posteriormente durante a Primeira Guerra Mundial, sendo que, neste período mais avançado do ponto de vista cronológico, já as obras militares seriam construídas com maior rigor e cuidado. Alguns exemplares relacionados com este método construtivo foram encontrados e estudados no Reino Unido (BROWN, 2017: 26-27).

7.1. Plantas

As plantas das fortificações do sistema defensivo das Linhas de Torres, desenhadas na secretária, assentaram no modelo de Vauban, datado do século XVIII. De acordo com Francisco de Sousa Lobo, em todas as Linhas defensivas foram construídas obras militares com plantas estreladas, alongadas, distintas ou uniformes. Todavia, o autor concluiu que os traçados tiveram de se adaptar ao terreno, devido à fragilidade das arestas em terra, que se desmoronavam rapidamente. Assim, as obras militares começaram a assumir formas poligonais (LOBO, 2015: 185 e 193).

Além disso, Francisco de Sousa Lobo analisou ainda o número médio de lados em cada uma das Linhas defensivas. A 1ª Linha defensiva tinha uma média de 8,6 lados e a 2ª teria uma média de oito lados. Já na Linha defensiva de Oeiras o número médio de lados seria de 7,3 e na Linha de Almada o número desceria para 7. (LOBO, 2015: 185 e 193). O grande número de lados nestas obras militares é explicado pela necessidade de concentrar um grande poder de fogo num determinado alvo recorrendo a uma estratégia de flaqueamento.

Relativamente às plantas das obras militares, é difícil definir uma tipologia precisa e coerente. A partir da documentação histórica e arqueológica existente é possível compreender que cada uma das fortificações possui uma planta adaptada ao local da sua implantação. Por outras palavras, cada obra militar tem uma planta cuja forma se centra no que é essencial, ou seja, na defesa de determinadas áreas, sejam elas estradas, vales ou rios. Assim, percebe-se que as plantas das fortificações que compõem o sistema defensivo das Linhas de Torres tem como base um pensamento geo-estratégico centrado no avanço das forças militares inimigas.

É por esta razão que tanto as entradas como as bocas de fogo se encontram localizadas em pontos fulcrais das plantas. Se por um lado era necessário haver um forte poder de fogo para combater o inimigo, por outro era imprescindível ter um ponto de entrada para o recuo das forças militares para o interior da fortificação e uma saída, num lado oposto, para uma possível queda posição fortificada em combate. A única característica que as plantas das obras militares têm em comum é o facto de serem irregulares.

7.2. Fossos

A primeira estrutura a ser construída numa obra militar do sistema defensivo das Linhas de Torres era o fosso. Esta estrutura era desenvolvida através da escavação de uma grande vala em torno daquilo que viria a ser a fortificação. Durante a escavação do fosso, as terras eram transportadas para a construção de aterros do parapeito. Assim, a profundidade do fosso estaria directamente relacionada com a construção dos aterros dentro da obra militar. Todavia, é importante salientar que os trabalhos de escavação do fosso baseavam-se nos tratados de fortificação, fazendo com que a estrutura tivesse, no mínimo, uma largura de 4,5 m na área superior e cerca de 3 m de profundidade (SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 28; LOBO, 2015: 187 e 195).

O fosso era uma estrutura imprescindível servindo como um obstáculo complicado para o exército inimigo, já que atrasaria ou impediria mesmo o exército atacante de se aproximar da obra militar. É de realçar também que algumas fortificações das Linhas de Torres teriam fossos com paliçada, de forma a garantir uma maior segurança e protecção à fortificação e à guarnição militar que nela se encontrava estacionada (SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 28-33).

Vale sublinhar que o fosso não era uma novidade na construção das fortificações militares, sendo que este tipo de estrutura sempre foi vindo a ser utilizado pelos exércitos ao longo dos séculos anteriores. Remontando, por exemplo, ao período da Idade Média é possível comprovar este tipo de estrutura nos castelos que, não tendo escarpa, teriam um fosso em torno das suas muralhas.

Do ponto de vista arqueológico foi possível registar esta realidade em todas as obras militares do sistema defensivo. As intervenções arqueológicas permitiram perceber que, em todos os casos os fossos seriam desenvolvidos recorrendo à escavação até ao substrato rochoso. Já os taludes dos fossos seriam constituídos por terra compactada ou blocos de pedra, para conseguir uma maior estabilidade da estrutura. No entanto, em alguns fortes foi possível observar o perfil da estrutura, como no caso do Forte da Feira, em que se detectou um fosso com perfil em “U”, ou do Forte de Alqueidão, em que se registou um perfil em “V” (Figuras 12 e 13). Esta variação no perfil dos fossos de cada obra militar encontrar-se-ia relacionada com questões de

defensabilidade já que um fosso com perfil em “V” facilita mais a defesa da fortificação do que um com perfil em “U”.

7.3. Parapeitos

O parapeito – ou reparo – era a segunda estrutura a ser desenvolvida aquando da construção de uma obra militar deste sistema defensivo. Esta estrutura era composta por terra compactada retirada da escavação do fosso, já que era considerada uma das estruturas prioritárias do forte. O parapeito poderia também apresentar uma base composta por material pétreo de pequena e média dimensão. É importante mencionar que os parapeitos estariam, conforme os tratados de fortificação, cerca de 1,5 m acima da crista da contra-escarpa e cerca de 2 m acima do terraplino interior. As espessuras dos parapeitos variavam ao longo do perímetro da fortificação. Nas zonas para disparo de espingarda a espessura dos parapeitos seria de cerca de 1 m, enquanto que nas zonas para disparo de artilharia teria entre 1,80 e 2,40 m de espessura, havendo a possibilidade de chegar a 3,5 m (LOBO, 2015: 185 e 195; SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 30).

A sua principal função era a de proteger os militares de possíveis projecteis ou estilhaços do inimigo, assim como encobrir algumas manobras de artilharia dentro da própria obra militar. É também de fazer referência a uma possível banqueteta que pudesse existir na parte interna do parapeito que permitiria aos militares abrir fogo sobre o inimigo tendo o parapeito como suporte para a arma. As banquetetas para disparo de espingarda teriam entre 40 a 50 cm de altura (LOBO, 2015: 195; SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 30).

Do ponto de vista arqueológico, registou-se uma realidade mais ou menos transversal a todos fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres. É certo que em todas as obras militares intervencionadas foram identificados parapeitos, no entanto os materiais utilizados variam consoante a fortificação. Enquanto que no caso dos Fortes de São Vicente e do Simplício os parapeitos são compostos por taipa e argamassa, no Forte de Alqueidão este tipo de estruturas são compostas por pedra ligada com argamassa. Todavia, um caso de destaque é o Forte do Zambujal, que para além do parapeito ser constituído apenas por pedra, recorrendo ao método construtivo em pedra

seca, o interior do parapeito possuía também uma banquetta, onde os militares se poderiam apoiar para abrir fogo sobre o inimigo.

7.4. Canhoneiras

A canhoneira era uma das estruturas mais importantes das obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres, já que se tratava das aberturas para os disparos das peças de artilharia presentes na fortificação. As canhoneiras eram abertas no parapeito das fortificações e poderiam ser construídas em pedra ou terra. Juntamente com esta estrutura deve mencionar-se a plataforma que se tratava de um piso liso desenvolvida em madeira ou cantaria que serviria de base à bateria de tiro (SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 34).

A importância da canhoneira residia sobretudo na posição estratégica a adoptar aquando do encontro com o exército inimigo. Estas estruturas eram sempre desenvolvidas para locais por onde o inimigo pudesse atacar com maior facilidade ou para locais onde fosse possível efectuar tiro cruzado com artilharia de outra obra militar, impedindo o exército inimigo de prosseguir a sua marcha.

Nas intervenções arqueológicas realizadas nos fortes das Linhas de Torres, foi possível identificar canhoneiras em todos os casos. Todavia, as canhoneiras apresentaram características diferentes. Assim, registaram-se canhoneiras com abertura sub-quadrangular – Forte da Zambujal –, irregular – Forte da Zambujal – e regular – Forte do Feira. Já as plataformas para peças de artilharia apresentavam uma forma de trapézio rectangular – Forte do Alqueidão –, uma forma trapezoidal – Forte do Simplício e uma forma rectangular – Forte do Alqueidão. Relativamente às laterais das canhoneiras, estas seriam compostas por pedra e argamassa, tendo-se registado esta realidade nos Fortes do Zambujal, da Feira, de Olheiros, do Alqueidão e do Simplício (Figuras 14 e 15). Por fim, é importante sublinhar a existência de sistemas de drenagem nas canhoneiras para o escoamento de águas, de forma a não comprometer a estrutura da canhoneira ou do parapeito. Esta realidade foi registada nos Fortes do Zambujal, de Olheiros e do Alqueidão.

7.5. Traveses

Uma outra estrutura que compunha as obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres era o través. Esta estrutura era composta por terra compacta saída da escavação do fosso, tal como a terra que compunha os parapeitos da obra militar. Os traveses podem ser identificados junto aos parapeitos, no interior da própria fortificação ou junto ao paiol. Quando junto ao parapeito serviriam para o lançamento de granadas, enquanto que no interior da obra militar e junto ao paiol serviriam para proteger os militares do fogo inimigo e impedir que o paiol fosse danificado pelo exército inimigo (LOBO, 2015: 185-187; SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 31-32).

Esta estrutura torna-se importante nas obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres, tendo em consideração que poderiam servir como uma estrutura ofensiva, para o caso das unidades de granadeiros, ou defensiva, para o caso das restantes unidades militares dentro da fortificação.

Nas intervenções arqueológicas realizadas nos fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres, foi possível compreender que os traveses apresentavam um aparelho construtivo semelhante entre si. Assim, pode concluir-se que estas estruturas assentavam, fundamentalmente, numa base composta por material pétreo de pequena e média dimensão, com depósitos de argamassa e terra no topo. Alguns dos traveses poderiam conter material pétreo de pequena e média dimensão no seu núcleo, como acontece no Forte da Feira e no Forte de São Vicente, assim como terem uma base escavada no substrato rochoso como se observou no Forte do Zambujal. Por outro lado, este tipo de estruturas podiam também ser construídas apenas com terra e argamassa como se identificou no caso dos Fortes do Alqueidão e de São Vicente (Figuras 16 a 19). Há ainda que destacar o caso do través localizado na entrada do Forte da Feira, onde se registou uma paliçada em torno da estrutura.

7.6. Paióis

O paiol era uma das mais importantes estruturas das fortificações do sistema defensivo. Era nesta estrutura que as forças militares armazenavam munições, dadas

aos militares em cartuchos, explosivos e ferramentas para reparação da obra militar em caso de extrema necessidade (SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 35).

O paiol assumia uma forma semi-subterrânea, tendo um piso constituído por uma simples plataforma em madeira assente sob uma caixa-de-ar para que fosse possível manter a pólvora seca e sem qualquer humidade. Tendo em consideração a forma como o paiol era construído, o acesso ao seu interior apenas poderia ser efectuado por uma rampa em pedra ou madeira. Vale relembrar que esta estrutura poderia ainda contar com a protecção de um ou mais traveses (LOBO, 2015: 203; SOUSA; MIRANDA; BERGER, 2011: 35).

Desta forma, compreende-se que importância do paiol reside em tudo aquilo que as guarnições militares necessitavam tanto para se proteger do exército inimigo, quanto para sobreviver. A destruição desta estrutura poderia implicar, inclusivamente, a derrota e queda da fortificação.

Nas intervenções arqueológicas realizadas nos fortes das Linhas de Torres, foram identificados paióis em todas as obras militares. Por um lado, registou-se a transformação e adaptação de moinhos em paióis – Forte de São Vicente e Forte de Olheiros –, por outro identificaram-se paióis que apresentavam um aparelho construtivo muito semelhante entre si. Este aparelho de construção assentava, sobretudo, na escavação do substrato rochoso, na construção em terra e argamassa, e posterior edificação em madeira ou material pétreo, demonstrando uma construção mista. Além disso, todos os paióis apresentavam encaixes nos rodapés das paredes para a colocação de um soalho em madeira de forma a criar a caixa-de-ar. A diferença entre os paióis intervencionados residia, fundamentalmente, na forma das bases e nas coberturas que poderiam ser em telha ou em madeira. Em relação às bases foram identificadas plantas em forma de ferradura – Forte do Zambujal –, de trapézio rectangular – Forte da Feira – e rectangular – Fortes do Alqueidão e do Simplício (Figuras 20 a 24).

7.7. Paliçadas

As paliçadas eram obstáculos para impedir a progressão do inimigo e que remontam ao período da Antiguidade, tendo sido uma estrutura defensiva que sempre esteve em voga. Ao longo dos séculos XVII e XVIII esta estrutura teve um

desenvolvimento exponencial e começando a ter um valor efectivo quando pudesse ser batida pelo tiro. Para os fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres foram utilizados dois tipos de paliçadas. Por um lado, foram desenvolvidas paliçadas ligeiras, que eram constituídas por troncos direitos que teriam cerca de 12 cm de diâmetro, enterrariam no solo até 1,20 m e teriam uma parte saliente de cerca de 2,20 m. Este tipo de paliçada seria utilizada para reforçar o fosso. Por outro lado, as paliçadas pesadas eram desenvolvidas com troncos que mediam cerca de 20 a 30 cm de diâmetro e seriam enterrados no solo em linhas contínuas. Este segundo tipo de paliçada pretendia reforçar obstáculos à última da hora (LOBO, 2015: 207).

Nas intervenções arqueológicas dos fortes das Linhas de Torres foram detectadas duas paliçadas. Uma destas estruturas foi identificada no Forte da Feira em torno de um través, que reforçava a defesa dos militares da guarnição. Já a segunda paliçada foi registada no Forte do Zambujal na entrada do túnel que ligava a bateria de artilharia ao interior da fortificação, fechando e reforçando desta forma o túnel da passagem muralhada.

8. A ocupação das obras militares

Para além de se compreender a arquitectura, as técnicas de construção e as tipologias de estruturas existentes nos fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres, há a necessidade de se tentar, da melhor forma possível, perceber como seria a vida quotidiana dos homens que compunham as guarnições militares dentro, para o caso da 1ª Linha defensiva, e fora das fortificações, para o caso das restante Linhas Defensivas. De forma a se compreender este factor essencial houve a necessidade de se recorrer à complementação de dados bibliográficos com os materiais arqueológicos estudados.

Após a análise e o estudo dos materiais cerâmicos foi possível determinar o seu enquadramento tipológico, assim como as suas formas. No entanto, os materiais provenientes de contextos arqueológicos de período Contemporâneo, nomeadamente do século XIX, encontram-se ainda muito pouco estudados tornando-se mais complicado estabelecer paralelos precisos.

De acordo com os estudos até agora realizados, identificarem-se materiais cerâmicos dentro das mesmas tipologias em contextos arqueológicos datados entre o final do período Moderno e início do período Contemporâneo. Tal realidade pode ser justificada pela mudança nos modos de alimentação. Em finais do século XVIII e inícios do século XIX o uso de tigelas, pratos e púcaros individuais era comum. Contudo, deve também salientar-se que peças de armazenamento, como é o caso das talhas, também são formas comuns dentro deste tipo de contextos arqueológicos. Esta necessidade deve-se ao facto das guarnições militares precisarem de ter água, produtos alimentares, assim como outros produtos que precisariam para subsistirem e manter a obra militar, e equipamento militar como a pólvora ou os projecteis (FERNANDES, 2003: 156).

Os alguidares são uma das formas mais encontradas em contextos arqueológicos de período Moderno. A sua forma caracteriza-se por ter paredes oblíquas, fundos lisos e bordos exvertidos. Estas peças, de elevada robustez, tinham, na maioria das vezes, o seu interior coberto por um vitrado de cor verde ou amarela. Todavia, alguns alguidares não eram cobertos por vitrado, e são identificados pelas marcas de combustão. Além disso, os alguidares tinham uma grande versatilidade e eram multifuncionais, podendo ser utilizados para tarefas relacionadas com a cozinha, medicina ou higiene pessoal

(CASIMIRO; HENRIQUES; FILIPE; BOAVIDA, 2018: 273-274; SOUSA: 2011, 378).

As panelas podiam ter diferentes dimensões e caracterizam-se por ter uma forma globular, bordos estreitos e fundos lisos. A principal função deste tipo de peças era a de cozinhar alimentos ao longo de largas horas em lume brando. Já os tachos, muitas das vezes confundidos com panelas, assumem formas hemisféricas e fundos lisos, podendo ter duas ou quatro pegas. Na sua maioria estas peças podiam ser cobertas com vidro verde no interior e no exterior (CASIMIRO; HENRIQUES; FILIPE; BOAVIDA, 2018: 275).

As tigelas caracterizam-se por ter uma grande versatilidade no que diz respeito às suas formas. Estas peças podiam ser carenadas, ter formas tronco-cónicas e fundos de pé anelar, mas também formas hemisféricas com fundos de pé anelar. Ao contrário das peças anteriores, as tigelas podiam ser cobertas com vidro de diferentes cores, não existindo uma cor que mais se destaque. Além disso, as tigelas podiam assumir a função de consumir ou servir alimentos (CASIMIRO; HENRIQUES; FILIPE; BOAVIDA, 2018: 275).

No que concerne ao espólio datado de finais do período Moderno e inícios do período Contemporâneo, os Fortes de São João Baptista (Machico), na Madeira, e São José, nos Açores, apresentam alguns paralelos. Tanto numa obra militar como na outra foram identificados materiais arqueológicos datados do mesmo período e com as mesmas características tipológicas, sendo, na sua vasta maioria, cerâmica para utilização quotidiana, como assim designa Élvio Sousa. Relativamente às formas, Sousa menciona ainda utilização de alguidares para tarefas relacionadas com a cozinha, mas também com a higiene pessoal. Por norma, estas formas apresentam superfícies lisas na parte exterior e um interior revestido por uma aguada ou engobe de tom avermelhado para permitir uma maior impermeabilização (SOUSA, 2011: 239-378).

Através do estudo dos materiais cerâmicos, provenientes das intervenções arqueológicas realizadas nos fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres, foi possível estabelecer paralelos para as cerâmicas datadas dos finais do século XVIII. No fundo, o que se denota, no início século XIX, é uma continuação do tipo de cerâmicas dos finais do século XVIII. Esta continuidade tipológica verificada para os inícios do

século XIX pode também ser explicada pela crise económica provocada pela guerra dentro do período em questão. Todavia, também foram registados materiais cerâmicos da primeira metade do século XX.

Nas obras militares intervencionadas foram recolhidas cerâmicas e, através do seu estudo, foi possível concluir a existência de pastas com um tom, na sua maioria, alaranjado, e com um reduzido número de elementos não plásticos, ou seja, muito depuradas, como já é característico para este período. É ainda de referir a existência de marcas de fogo em algumas peças, o que reforça também a funcionalidade das peças cerâmicas por parte dos militares.

Assim, pode afirmar-se que as cerâmicas identificadas nos fortes das Linhas de Torres serviam, sobretudo, para tarefas relacionadas com a alimentação, a medicina e o armazenamento de bens alimentares ou de material militar. Além disso, o facto de se registarem fragmentos de cerâmica com diferentes cores de vidrado ou sem qualquer vidrado pode ser explicado pelo contexto da Guerra Peninsular, já que tanto as populações como os militares usavam as peças cerâmicas essenciais para a sua sobrevivência.

Só através do estudo e análise do espólio recolhido dos trabalhos arqueológicos realizados nas obras militares das Linhas de Torres, assim como através da pesquisa, leitura e análise de artigos relativos a materiais datados dentro do período compreendido entre os séculos XVIII e XIX é que foi possível identificar alguns paralelos. A escassez de informação para a obtenção de paralelos para os fragmentos cerâmicos em estudo, deve-se ao facto do período em questão, o período Contemporâneo, ainda não ter tido um estudo mais profundo por parte da Arqueologia.

Assim, alguns dos fragmentos cerâmicos registados neste estudo encontram paralelo com fragmentos recolhidos na escavação arqueológica de uma ermida em Alhandra e numa escavação de uma estrutura habitacional em Lisboa. No primeiro sítio foram detectados, para além de materiais relativos ao edifício religioso, fragmentos cerâmicos que têm relação com estruturas habitacionais anteriores à construção da ermida, enquanto que no segundo sítio arqueológico, apenas foram registados materiais cerâmicos relativos ao uso quotidiano (CASIMIRO, 2011: 691-693; CASIMIRO, 2020: 232).

Desta forma, detectam-se paralelos cerâmicos para as peças cerâmicas de cozinha como tachos que possuem, na sua vasta maioria uma forma hemisférica e um fundo plano, e panelas de forma globular, colo alto, fundo plano e bordo exvertido. Por outro lado, foram também registados fragmentos que correspondem a cerâmica de mesa como taças e pratos. Todavia, nestes contextos também se podem encontrar paralelos para os alguidares e os potes que serviriam para o armazenamento de produtos, assim como púcaros caracterizados por terem uma pequena dimensão, colo alto e uma pequena asa que serviriam para o consumo de água ou bebidas alcoólicas (CASIMIRO, 2011; CASIMIRO, 2020).

Desta forma, é possível afirmar que os materiais cerâmicos se podem balizar, cronologicamente, entre meados do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. No fundo, compreende-se uma continuidade na produção cerâmica a partir da segunda metade do século XVIII, antes de surgir uma quebra de produção em inícios do século XIX.

Esta quebra produtiva é explicada pela ruptura e crise económica que surgiu pelo decréscimo das exportações, provocada, em grande medida, pelas Guerras Napoleónicas. Exemplo desta realidade são os centros de produção de cerâmica portuenses que demonstram uma grande quebra de produção cerâmica entre os anos de 1804 e 1814, apresentando uma ligeira recuperação apenas a partir da década de 20 do século XIX, mas sem nunca atingirem os níveis produtivos anteriores a 1804. Assim, grande recuperação do sector cerâmico no século XIX apenas começou a surgir novamente após as Guerras Liberais (ALVES; LACERDA; OLIVEIRA; SOARES, 1995: 211-212).

Pode então concluir-se que o espaço onde se encontram localizadas as obras militares demonstram continuidade no que diz respeito à sua ocupação posteriormente à Guerra Peninsular. Por um lado, esta realidade é explicada pela identificação de materiais cerâmicos datados do século XX, por outro pelo tecido urbano que se desenvolveu nas áreas em redor das fortificações. Todavia, há que ter em consideração que a construção de algumas estruturas, como é o caso do fosso, das obras militares das Linhas de Torres podem também efectivamente ter contribuído para a mistura de material arqueológico de diferentes períodos históricos, já que a escavação do substrato rochoso causa o revolvimento de terras.

8.1. A vida quotidiana

A alteração na vida quotidiana das populações na região a Norte de Lisboa começou logo em 1808, aquando das imposições de Junot e da guerra entre os exércitos luso-britânico e francês. Contudo, estas mudanças tornaram-se mais radicais quando se começaram a construir as fortificações do sistema defensivo das Linhas de Torres, já que os camponeses tiveram um papel relevante no desenvolvimento das construções militares. Apesar da construção das fortificações se ter iniciado em 1809, apenas em 1810 é que as populações da região da Estremadura começaram a ser mobilizadas para o desenvolvimento das obras militares. De uma forma geral, as pessoas que se encontravam a trabalhar nestas fortificações tinham uma vida bastante pobre, mas, ainda assim, eram obrigadas a pagar pela sua própria alimentação, assim como, pela própria água que bebiam (LOBO, 2015: 223).

É então possível compreender que o quotidiano das populações foi-se tornando muito precário ao longo dos anos. É totalmente perceptível a miséria em que os trabalhadores das fortificações viviam. Esta situação pode ser explicada pelo abandono dos campos agrícolas por parte dos camponeses, já que foram mobilizados para os trabalhos de construção dos fortes e das vias de comunicação. Além disso, esta situação pode ainda ser justificada pela destruição ou transformação de alguns moinhos em paióis por parte dos militares. Esta realidade é mais perceptível nos Fortes de São Vicente e de Olheiros.

Relativamente às pessoas provenientes de outras regiões, estas acampavam junto aos locais de trabalho. Assim, em toda a região a Norte de Lisboa, as populações começaram a ter um quotidiano de total campanha militar, já que as operações militares necessitavam, na maioria das vezes, das pessoas, dos seus recursos, assim como das suas casas e edifícios (LOBO, 2015: 223).

Compreende-se então que as populações experienciaram aquilo que é a vida militar em campanha participando, inclusivamente, das actividades operacionais do exército. Além disso, o facto das populações acamparem junto aos locais de construção dos fortes do sistema defensivo, pode ser um indicativo de que estariam a viver nas áreas adjacentes às obras militares. Já que estas áreas não foram intervencionadas

aquando das campanhas arqueológicas, não há registro de quaisquer materiais que comprovem esta possibilidade.

8.2. Os relatos dos militares

Ao longo da Guerra Peninsular foram redigidos diários, cartas, memórias, narrativas autobiográficas ou apontamentos de viagem. Todos estes tipos de documentação contribuíram para o conhecimento acerca das vivências das populações e dos militares. Apesar dos documentos conterem todo o tipo de informação, a maioria dos textos incidem sobre testemunhos de guerra. Estes testemunhos eram, por norma, redigidos por militares, a título individual ou colectivo, e demonstram a experiência pessoal dos homens que se encontravam em combate (TERENAS, 2007: 44-45).

Dentro do conjunto de testemunhos de guerra encontram-se relatos de episódios com grande carga emocional para os militares e que passa para os próprios leitores. Estes documentos relatam a morte de um companheiro morto em combate, o sofrimento dos feridos, as maiores atrocidades em campo de batalha, fugas, pânico e fome (TERENAS, 2007: 46 e 48).

O seguinte relato foi redigido por uma testemunha ocular acerca dos acontecimentos no Sobral de Monte Agraço.

“(...) no exército no Sobral de Monte Agraço, uma vila rodeada de montes. Pela frente está um monte, ao qual os nossos homens dão o nome de “Monte dos Moinhos”, porque havia lá uma quantidade de moinhos; por trás, um outro monte, a que chamavam “Monte da Forca”, porque havia lá uma forca. Ainda não tínhamos estado três horas na vila, e estávamos ocupados a cozinhar, quando o alarme soou. Havia na vila nove regimentos britânicos e três portugueses¹. Fomos todos para a linha e permanecemos armados, na expectativa, a todo o momento, de um ataque do inimigo, cujo voltigueurs cobriam o Monte dos Moinhos. Em cerca de uma hora, as companhias ligeiras de todos os regimentos receberam ordem para saírem, juntamente com a 71ª. O coronel disse-nos no sopé do monte: “meus rapazes, esta é a primeira batalha, em que estou convosco. Mostrem-me, agora ou nunca, do que são capazes.”. Demos vivas e avançamos monte acima, empurrando à nossa frente os escaramuçadores avançados, até quase a meio da subida, quando abrimos fogo intenso e os franceses ripostaram com grande violência. Entretanto, os restantes regimentos evacuaram a vila. O inimigo pressionava-nos tão intensamente que fomos forçados a fazer o nosso melhor monte abaixo. Fomos de perto perseguidos pelos franceses, através da vila, Monte da Forca acima. Ficámos por trás de um muro de terra lamacenta e

¹ Estes regimentos eram da primeira divisão de Brent Spencer e da brigada portuguesa.

*mantivemo-nos firmes, apesar de eles se terem esforçado ao máximo. Aqui ficámos toda a noite deitados em cima das nossas armas.”*²

Este relato apresenta elementos bastante interessantes para compreender o quotidiano dos militares na Guerra Peninsular. Em primeiro lugar, importa mencionar o facto de os militares estarem em constante alerta, mesmo que nada fizesse prever um ataque. Além disso, este texto relata um combate e uma fuga muito complicada dos militares do exército luso-britânico, sob uma perseguição, de perto, do exército francês. No fundo, este documento testemunha a fuga e medo dos soldados num dos conflitos da Guerra Peninsular.

Todavia, os militares britânicos também apresentam relatos acerca do que observavam ao longo dos seus percursos nas estradas.

*“(…) on every road around (the village of Salamonde) the French had set fire to the cottages of the peasants: several of these were in flames as we passed. Dead men, horses, cattle, and every thing that could focibly depict ruin, were here again strewed for leagues along the road. They had a number of horses and mules, wich they deemed it expedient to leave; and in order to render them totally unserviceable cut the sinews of their hind legs, and left a field full of these hamstrung animals.”*³

Através deste relato é possível compreender caos em que as populações se encontravam a viver durante a Guerra Peninsular. Todavia, o que chama mais à atenção são as atrocidades praticadas por parte dos militares franceses para com civis. Se por um lado, o militar britânico observa as populações a serem destruídas pelo fogo, por outro o que marca mais o seu relato são, sem dúvida, as mutilações e mortes de pessoas e animais, assim como a agonia pelo qual estavam a passar os doentes e feridos.

Também são relatadas tarefas de preparação do terreno por parte do exército luso-britânico. O seguinte texto é um exemplo deste facto.

“Fui enviado, acompanhado por um oficial engenheiro, comandando um grupo de trabalho de trinta homens do meu regimento, para minar uma pequena ponte que atravessava um curso de água a cerca de cinco milhas da aldeia do Sobral, para o lado de Torres Vedras. O engenheiro pôs-nos a trabalhar, mas com as mais inadequadas ferramentas, que logo se tornaram inúteis face à maciça cantaria e

² In BREMNER, Robert W. (2011) “Alguns dias nas Linhas de Torres Vedras em Outubro de 1810”; *A Vida Quotidiana nas Linhas de Torres*; 1ª Ed.; (coord. SILVA, Carlos Guardado); Lisboa: Edições Colibri; pág. 183.

³ In TERENAS, Gabriela Gândara (2010) *O Portugal da Guerra Peninsular: A visão dos militares britânicos (1808-1812)*; 2ª Ed; Lisboa: Fernando Mão de Ferro; pág. 89

à dureza do cimento. Enquanto assim encarregues ao trabalho, a Divisão de Sir Lowry Coles passou à retaguarda do meu grupo; apercebi-me de uma movimentação geral em todo o nosso exército, cuja causa era o avanço do inimigo. As nossas diversas divisões avançavam para o alinhamento destinado a cada uma; pouco tempo depois, uma coluna de cavalaria francesa apareceu em frente da ponte. As ferramentas, com as quais os meus homens tinham de trabalhar, estavam quase todas partidas; o oficial engenheiro tinha-me deixado; o resto do exército avançava para a retaguarda, e uma coluna da cavalaria do inimigo estava à minha frente, a pouca distância; na situação em que estava, algumas horas devem ter passado antes do trabalho poder ser realizado; e nenhuma pólvora tinha sido fornecida para carregar a mina quando acabada. Neste dilema, depois de devida ponderação, decidi retirar-nos, porque nada de bom resultaria da nossa permanência ali.

Ainda mal tínhamos chegado a esta decisão, quando nos apercebemos de que alguns dragões do inimigo tinham passado uma ravina à nossa direita e de que já tinham ocupado a estrada por onde tínhamos vindo. Ordenei, então, aos meus homens que carregassem e fizemo-nos a uma vinha que alcaçámos justamente quando a coluna de cavalaria tinha chegado à ponte e juntado àqueles que tinham passado a ravina mais abaixo e que tencionavam isolar-nos. Mandando alguns homens dispersarem-se pela encosta da vinha como se tivéssemos todos retirado para os montes, escondi os outros por trás de uma parede de pedra a cerca de cinquenta jardas (cerca de 45-50 metros) da ponte; e quando o inimigo a alcançou, e nós estávamos todos reunidos sobre ela para passarmos, mandámo-lhes uma saraivada de balas bem dirigida que fez cair alguns da sela e derrubar os cavalos de outros, e a seguir retirámos rapidamente através da vinha em direcção aos montes. Por esta altura, escureceu bastante, chovia torrencialmente e começou a trovejar com grande intensidade: os nossos passos pouco firmes eram guiados, numa noite negra como o breu, apenas pelo clarão dos relâmpagos. Vagueámos durante horas por estes montes sem nenhuma pista a guiar-nos e sem nenhuma ideia de onde estávamos, naquele solo rico, húmido e frio. Por fim, por mero acaso, deparámos com uma pequena aldeia na montanha, cuja casa principal tinha sido destinada para o Quartel-general de Wellington. Era Pero Negro.”⁴

Este relato apresenta a necessidade de preparar o terreno e criar defesas em locais não fortificados e desprotegidos. Além disso, através deste texto é possível perceber a dificuldade que os militares tinham na colocação de minas, devido, em grande medida, ao trabalho com ferramentas inadequadas. Por fim, compreende-se o mesmo que o texto anteriormente citado, um contexto de pânico, fuga e desespero por parte dos militares. Todavia, neste documento são demonstrados dois factores que não se encontram no anterior. Por um lado, compreende-se a dificuldade dos militares, que tinham de desempenhar tarefas no terreno como a colocação de minas em pontes e

⁴ In BREMNER, Robert W. (2011) “Alguns dias nas Linhas de Torres Vedras em Outubro de 1810”; *A Vida Quotidiana nas Linhas de Torres*; 1ª Ed.; (coord. SILVA, Carlos Guardado); Lisboa: Edições Colibri; pág. 185.

estradas, tinham para estar bem equipados. Por outro, importa sublinhar a capacidade de adaptação dos militares em condições adversas.

9. Considerações finais

O sistema defensivo das Linhas de Torres foi um dos maiores sistemas de defesa alguma vez construídos ao longo do período do século XIX. Este sistema não apenas permitiu a defesa da capital do reino de Portugal, como também a expulsão do exército francês que, devido a uma derrota iminente, optou por recuar.

Aquando das intervenções arqueológicas dos fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres havia, e em certa medida ainda há, dúvidas relativamente aos métodos arqueológicos a utilizar nas escavações. Estas dúvidas são explicadas pelo facto de ainda existirem muito poucos trabalhos arqueológicos realizados em contextos de período Contemporâneo, especialmente, em obras militares compostas, maioritariamente, por sedimentos.

Assim, houve a necessidade de se combinarem metodologias similares entre todos os arqueólogos responsáveis pelas intervenções arqueológicas. A utilização de métodos semelhantes também é explicada pela necessidade de registar, compreender e interpretar os dados arqueológicos de cada fortificação transversalmente. Como tal, foi possível intervencionar as mesmas estruturas em todos os fortes das Linhas de Torres permitindo assim uma mais simples comparação entre os diferentes elementos que compõem estas obras militares.

Ao longo dos vários anos foram apresentados trabalhos e publicadas obras relativas ao sistema defensivo das Linhas de Torres. Contudo, estas obras correspondem sobretudo a trabalhos de investigação por parte de historiadores e militares. É certo que os autores destas obras contribuíram de forma exponencial para aquilo que foi a Guerra Peninsular e a história das Linhas de Torres, porém não apresentam dados arqueológicos que permitam uma maior compreensão acerca das obras militares.

É precisamente para este aspecto que a Arqueologia pretendeu, desde início, contribuir. Para lá dos estudos das estruturas que compunham os fortes do sistema defensivo, que os militares compreendem e descrevem de forma precisa, a Arqueologia também contribuiu para a recolha de materiais que permitissem explicar a realidade em que os militares do exército luso-britânico viviam.

Relativamente às estruturas que compõem as obras militares, a Arqueologia possibilitou a compreensão das técnicas construtivas, assim como dos materiais de construção utilizados. Este aspecto é bastante interessante, já que, apesar das estruturas terem, na sua maioria, aparelhos e técnicas construtivas semelhantes, por vezes foram desenvolvidas com materiais de construção diferentes. Um exemplo muito concreto acerca deste aspecto é revelado através do material pétreo que, em todos os fortes intervencionados, era recolhido no local próximo do forte.

Por um lado, a leitura das estruturas que compõem as obras militares, assim como as próprias fortificações, podem ser realizadas em termos individuais, já que os métodos construtivos e os materiais de construção variam consoante o local de implantação da obra militar. Por outro lado, existe uma leitura conjunta que deve ter-se sempre em consideração, já que todas as fortificações se complementam para um sistema defensivo que cobre uma região praticamente inteira.

Já em relação aos materiais, o estudo arqueológico, permitiu compreender não apenas os elementos que compunham as estruturas, como são o caso das cavilhas e pregos, mas também em que tipo de peças cerâmicas os militares se alimentavam e armazenavam os seus produtos. Este último talvez seja o ponto mais interessante, já que está relacionado, directamente, com o quotidiano das populações e dos militares. Apesar da existência de poucos paralelos para os fragmentos cerâmicos em estudo que não permitem datar de uma forma muito precisa os materiais, é possível compreender outros aspectos. Um dos aspectos mais importantes quando se analisaram os fragmentos cerâmicos, e se realizou uma pesquisa bibliográfica em busca de paralelos, é perceber a existência de uma crise económica provocada pelos conflitos provocados por Napoleão Bonaparte entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX. Um outro aspecto reside na continuidade na forma de produzir cerâmica na segunda metade do século XVIII, revelado pela tipologia, forma e tonalidade da pasta dos fragmentos cerâmicos estudados.

No que diz respeito à ocupação das obras militares é perceptível a sua continuidade. Esta continuidade na ocupação das obras militares do sistema defensivo das Linhas de Torres é explicada, por um lado pela Guerra Civil, que opôs absolutistas e liberais, e em que esta tipologia de fortificação continuou a ser utilizada, sendo exemplos disso os Fortes da Atalaia e Palhavã localizados em Lisboa. Por outro lado,

mais tarde, o desenvolvimento do tecido urbano nas áreas em torno das obras militares também contribuiu para o enchimento de depósitos cerâmicos mais recentes. Esta realidade é explicada pela existência de material cerâmico datado do período do século XX.

A Arqueologia, com o auxílio de fontes históricas e de obras redigidas por historiadores e militares, possibilitou a existência de uma leitura integrada entre as diferentes áreas. Além disso, as intervenções arqueológicas possibilitaram ainda a comparação de cada fortificação das Linhas de Torres.

No entanto, é importante chamar à atenção para futuras campanhas arqueológicas a realizar nos fortes das Linhas de Torres. Nestas futuras intervenções, para além de se realizarem escavações e estudos nas estruturas dentro das fortificações, devem também efectuar-se trabalhos nas áreas exteriores das obras militares. Esta proposta é justificada pelo que fora referido anteriormente na presente dissertação, em que os trabalhadores destas obras, provenientes de outras regiões que não a região a Norte de Lisboa, acampariam fora dos limites dos fortes. A somar a esta realidade estão também os poucos materiais arqueológicos recolhidos dentro das fortificações. Assim, novas intervenções arqueológicas fora destas obras militares poderão vir a revelar mais dados arqueológicos que possibilitem um maior entendimento acerca do quotidiano das populações e dos militares. Estas novas intervenções arqueológicas podem, inclusivamente, inserir-se num projecto semelhante ao que foi realizado, já que permitirá dar continuidade não apenas aos estudos relativos ao sistema defensivo das Linhas de Torres, mas também possibilitar novos trabalhos acerca de obras militares que apresentem características semelhantes e que não façam parte deste sistema defensivo.

Se, por um lado, se pode dar continuidade aos trabalhos de escavação arqueológica até à data executados, por outro, podem realizar-se trabalhos que tenham em vista o registo das estruturas para arquivo. Neste sentido, e tendo em consideração o facto das estruturas que compõem as obras militares das Linhas de Torres terem um carácter efémero, poder-se-ão realizar levantamentos fotogramétricos das fortificações do sistema defensivo, já que este tipo de registo permite preservar as estruturas de uma forma fiel e ao mesmo tempo também possibilita a criação de modelos 3D.

Os fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres têm pouco mais do que duzentos anos. Actualmente, a maioria destas obras militares ainda se encontram relativamente conservadas e visíveis na paisagem.

A entidade que não só gere como também promove o Património das Linhas de Torres é a Associação das Linhas de Torres. Além disso, deve fazer-se uma referência aos Centros de Interpretação das Linhas de Torres existentes em cada um dos municípios abrangidos pelo projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres. Nestes pontos são divulgados os sítios que é possível visitar, em particular os fortes, e onde é apresentada uma breve história acerca deste Património.

Além da Associação das Linhas de Torres, existem também promotores públicos a nível nacional que promovem o turismo da região num trabalho conjunto entre o Turismo de Portugal e o Turismo do Centro. No que concerne à capacidade de atracção do turismo para as Linhas de Torres, houve a grande necessidade de se recuperar e restaurar um quinto das estruturas militares. O objectivo das intervenções nestas estruturas deve-se, como já referido anteriormente, à necessidade de valorizar o Património.

A 27 de Março de 2019, no Conselho de Ministro, os fortes do sistema defensivo das Linhas de Torres foram classificados como Monumento Nacional através do *Decreto n.º 10/2019*, após o pedido endereçado pela Direcção de Património Cultural. Mais tarde, a 6 de Maio de 2019, o Gabinete da Secretária de Estado da Cultura publicou a *Portaria n.º 308/2019* em que estão redigidas as restrições acerca do conjunto de obras militares classificadas. Assim, as fortificações das Linhas de Torres ficaram sujeitas a acções de limpeza/desmatação, com o acompanhamento dos técnicos municipais responsáveis pela área de salvaguarda do Património do sistema defensivo, ou por um técnico que tenha feito parte do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres, assim como acções de musealização ligeira, isto é, que não afectam as obras militares. Além disso, também foram definidas nas obras militares áreas de sensibilidade arqueológica, obrigando sempre à presença de técnicos e sondagens arqueológicas prévias a qualquer intervenção, projecto ou operações que tenham impacto no solo ou subsolo. Os bens imóveis presentes no interior das obras militares, como os moinhos que foram transformados em paióis, também ficaram, de acordo com esta portaria, sujeitos a serem integralmente preservados.

Tanto a protecção como a grande divulgação do sistema defensivo das Linhas de Torres contribuiu para um maior conhecimento do Património. Uma das formas de divulgação do Património das Linhas de Torres deu-se por via do cinema. Paulo Branco produziu uma longa metragem e uma série intitulados, *As Linhas de Wellington*, assim como um documentário com o título *Linhas de Torres Vedras*. É de referir ainda que para além destas produções terem sido exibidas em Portugal, foram também exibidas em Festivais Internacionais.

Além do cinema, a divulgação do Património das Linhas de Torres foi feita também por via de um festival intitulado de NOVAS INVASÕES em 2016. O Festival teve como objectivos recriar historicamente o Período das Guerras Napoleónicas e a construção das Linhas de Torres, assim como conjugar a pluralidade de visões e ideias. Para a organização deste festival contribuíram companhias portuguesas, britânicas e francesas.

Contudo, mesmo com o decreto de lei assinado em Conselho de Ministros e com a portaria publicado pelo Gabinete da Secretária de Estado da Cultura, as obras militares que compõem o sistema defensivo das Linhas de Torres continuam a carecer de protecção. Para quem visita actualmente estas fortificações percebe que, por um lado o Património continua a ser vandalizado e, por outro compreende que nem todas as medidas decretadas e publicadas estão a ser cumpridas. Assim, mesmo apesar dos esforços do Ministério da Cultura e, em particular das equipas técnicas dos municípios, em proteger as obras militares do sistema defensivo, é de extrema importância e necessidade promover mais a consciencialização para a protecção do património arqueológico.

Através de historiadores, militares e arqueólogos houve a possibilidade de se começar a compreender melhor as obras militares que compõem o sistema defensivo. Por um lado, este factor permitiu perceber os conceitos, modelos e técnicas construtivas aplicados nestas obras militares, assim como as estruturas das fortificações. Por outro lado, o estudo dos materiais permitiu compreender o próprio quotidiano das populações e dos militares, mesmo que ainda haja grande dificuldade em obter paralelos para materiais recolhidos nestes contextos arqueológicos. No fundo, esta dissertação de Mestrado acabou por tentar conciliar a História e a Arqueologia de forma a perceber, da melhor forma possível, a realidade da Guerra Peninsular em inícios do século XIX.

Também a classificação do sistema defensivo das Linhas de Torres como Monumento Nacional deve ser levado em conta. Através desta acção foi possível dar uma nova vida ao património do século XIX que, muitas vezes, cai no abandono e é esquecido. O facto destas obras militares não terem caído no esquecimento deve-se, em grande medida, às populações locais, que ainda são capazes de recordar os seus antepassados que combateram este conflito.

Apesar de, actualmente, este Património se encontrar salvaguardado pela Lei, é importante sublinhar que devem ser continuadas acções que promovam a sua divulgação e protecção. A importância de se manter este tipo de acções prende-se com o facto do sistema defensivo das Linhas de Torres ser um elemento de coesão e soberania nacional, retratando um período da História Militar Portuguesa.

Bibliografia

AA.VV. (2003) *Programa Para a Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres: Concelho de Mafra*; Câmara Municipal de Mafra; Divisão de Turismo e Cultura

ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvestre; OLIVEIRA, Joaquim; SOEIRO, Teresa (1995) “A Cerâmica Portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas”; in *Portvgalia*; Vol XVI; Nova Série; Porto; Pág. 203-287

Arquivo DGPC; Processo nº S – 30200; JACINTO, Maria João (2011) *Forte de S. Vicente e Antiga Casa do Guarda – Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 30200; PIRES, Susana (2010) *Forte de São Vicente – antiga casa do guarda – Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 30954; Vol. 1; ROCHA, Artur; LOPES, Jorge (2008) *Forte do Alqueidão (Sobral de Monte Agraço) – Relatório dos trabalhos arqueológicos*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 30954; Vol. 1; ROCHA, Artur; LOPES, Jorge (2009) *Forte do Alqueidão (Sobral de Monte Agraço) – Relatório dos trabalhos arqueológicos da campanha 2*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 30954; Vol. 2; ROCHA, Artur (2010) *Forte do Alqueidão (Sobral de Monte Agraço) – Relatório dos trabalhos arqueológicos da campanha 3*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 30954; Vol. 2; ROCHA, Artur (2011) *Forte do Alqueidão (Sobral de Monte Agraço) – Relatório dos trabalhos arqueológicos da campanha 5*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 32620; SOUSA, Ana Catarina; MIRANDA, Marta (2009) *Forte do Zambujal (Obra nº 95) – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 32602; SOUSA, Ana Catarina; MIRANDA, Marta (2010) *Forte da Feira (Malveira) – Relatório de Progresso*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 33000; ROCHA, Artur (2011) *Forte do Simplício (Sobral de Monte Agraço) – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 2011*

Arquivo DGPC; Processo nº S – 34350; JACINTO, Maria João (2011) *Sondagens de Acompanhamento Arqueológico no Forte de Olheiros (Torres Vedras) – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*

BARATA (2004) “Uma Muralha Defensiva”; in *Nova História Militar de Portugal* (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano) Vol. 3; Círculo de Leitores; Mem Martins; Pág. 175-187

BREMNER, Robert W. (2011) “Alguns dias nas Linhas de Torres Vedras em Outubro de 1810”; in *A Vida Quotidiana nas Linhas de Torres Vedras*; 1ª Ed.; (coord. SILVA, Carlos Guardado); Edições Colibri; Lisboa; Pág. 179-198

BROWN, Martin (2017) “First World War Fieldworks in England”; in *Historic England*; Série 61; Bristol

CAMISIRO, Tânia (2011) "Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa"; in *O Arqueólogo Português*; Série V; Lisboa; Pág. 689-726

CAMISIRO, Tânia (2020) "Materialidades quotidianas de Idade Moderna em Alhandra. Os contextos arqueológicos da escavação do Centro de Saúde"; in *Cira Arqueologia*; Nº 7; Centro de Estudos Arqueológicos; Vila Franca de Xira; Pág. 232-245

CASIMIRO, Tânia Manuel; HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; BOAVIDA, Carlos (2018) “Lead glazed ceramics in Lisbon (16th-18th centuries)” in *Internacional Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage*; LNEC; Lisboa; Pág. 268-282

Decreto nº 10/2019 de 27 de Março; *Diário da República – 1ª série – Nº 61*; Presidência do Conselho de Ministros; Lisboa

FERNANDES, Isabel Maria (2003) “Vasilhas: em barro se fazem, de barro se usam - o quotidiano visto através da olaria”; in *Olaria Portuguesa: Do fazer ao usar*; Assírio e Alvim; Lisboa; Pág. 61-221

HYDE, Mike (2011) “O abastecimento do Exército Anglo-Português de Wellington 1808-1814”; in *A Vida Quotidiana nas Linhas de Torres Vedras*; 1ª Ed. (coord. SILVA, Carlos Guardado); Edições Colibri; Lisboa; Pág. 141-160

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2013) *Atlas SIPA de Património – Linhas Defensivas de Torres Vedras*; IHRU; Lisboa

LOBO, Francisco de Sousa (2015) *A defesa de Lisboa: Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e sul do Tejo (1809-1814)*; 1ª Ed.; Tribuna da História; Cascais

LUNA, Isabel de; SOUSA, Ana Catarina; LEAL, Rui Sá (2009) *Telegrafia Visual na Guerra Peninsular. 1807-1814*; Lisboa

MELÍCIAS, André Filipe Vítor (2008) *As Linhas de Torres Vedras: construção e impactos locais*; Livrododia; Lisboa

Portaria nº 308/2019 de 6 de Maio; *Diário da República – 2ª série – Nº 86*; Gabinete da Secretária de Estado da Cultura; Lisboa

QUEIROZ, Paula Fernanda (2010) *Madeiras dos Fortes das Linhas de Torres 1: Forte da Carvalha, Forte do Zambujal e Forte da Feira*

SOUSA, Ana Catarina; LOPES, Irina Alexandra (2011) “A Construção das Linhas em Mafra e as Forças Militares em Presença”; in *Mafra na Guerra Peninsular: a rota histórica das Linhas de Torres* (coord. SOUSA, Ana Catarina) Câmara Municipal de Mafra; Mafra Pág. 23-25

SOUSA, Ana Catarina; MIRANDA, Marta; BERGER, José Paulo (2011) “Os fortes das Linhas de Torres: arquitectura e utilização no Distrito de Mafra”; in *Mafra na Guerra Peninsular: a rota histórica das Linhas de Torres* (coord. SOUSA, Ana Catarina) Câmara Municipal de Mafra; Mafra; Pág. 28-35

SOUSA, Ana Catarina; MIRANDA, Marta; GARCIA, Joaquim; GOMES, João Seabra (2011) “Métodos e Práticas das Intervenções”; in *Mafra na Guerra Peninsular: a rota histórica das Linhas de Torres* (coord. SOUSA, Ana Catarina) Câmara Municipal de Mafra; Mafra; Pág. 48-55

SOUSA, Ana Catarina; LUNA, Isabel de; LEAL, Rui Sá (2011) “Telegrafia visual nas Linhas de Torres: rumos de uma investigação em curso”; in *Mafra na Guerra Peninsular: a rota histórica das Linhas de Torres* (coord. SOUSA, Ana Catarina) Câmara Municipal de Mafra; Mafra; Pág. 26-27

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2011) *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*; Dissertação de

Doutoramento em História (História Regional e Local) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

SOUSA, Manoel Joaquim Brandão de (1811) “2ª linha, pl 20o” in *Plantas e perfis das obras de fortificação das linhas de defesa ao N. de Lisboa*. Fonte: <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=282749&img=62463>

SOUSA, Manoel Joaquim Brandão de (1811) “2ª linha, pl 25o” in *Plantas e perfis das obras de fortificação das linhas de defesa ao N. de Lisboa*. Fonte: <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=282755&img=62468>

TELO, António José (2004) “Os Militares e a Inovação no século XIX”; in *Nova História Militar de Portugal*; Vol. 3; (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severino) (coord. BARATA, Manuel Themudo) Círculo de Leitores; Mem Martins; Pág. 335-341

TERENAS, Gabriela Gândara (2010) *O Portugal da Guerra Peninsular: A visão dos militares britânicos (1808-1812)*; 2ª Ed.; Fernando Mão de Ferro; Lisboa

TERENAS, Gabriela Gândara (2012) *Entre a história e a ficção: as invasões francesas em narrativas portuguesas e britânicas*; 1ª Ed.; Caleidoscópio; Casal de Cambra

VENTURA, António (2007) “Guerra Peninsular, Guerra da Independência, Invasões Francesas...”; in *Guerra Peninsular: 200 anos* (coord. SOUSA, Maria Leonor Machado de; VENTURA, António) Biblioteca Nacional de Portugal; Lisboa; Pág. 17-23